



BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Representação do Banco no Brasil, COF/CDR

CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE REVISÃO DO PCR REALIZADA EM: 13 de Novembro de 2006

PCR DEL PROYECTO: Programa Paraná Urbano II (BR-0374 ; 1405/OC-BR)

Presentado por : Patrícia Bakaj (COF/CDR)

LOGRO DE LOS OBJETIVOS Y METAS/COMENTARIOS AL INFORME:

OBJETIVOS Y METAS

Pela leitura do PCR se entende que o Programa atingiu seus objetivos, cabendo destacar na oportunidade o bom desenho da Operação; a disponibilidade de Regulamento Operacional; a capacidade institucional do PARANACIDADE, órgão executor, e o apoio que este presta aos Municípios, tanto na elaboração quanto na implementação dos projetos; o compromisso das demais instituições que participaram do programa, tais como SANEPAR, COHAPAR e Secretaria de Cultura; a disponibilidade de sistema informatizado de acompanhamento de projeto; o acolhimento do Programa pelos Municípios e o compromisso de todos com seus resultados.

COMENTÁRIO AO PCR

A minuta do documento foi distribuída a um "peer review" da Representação e os comentários recebidos foram incorporados.

No dia 27 de outubro, o documento foi encaminhado à Sede.

Não foram recebidos comentários, o que nos faz concluir que o PCR foi considerado adequado.

Lições Aprendidas

Entre as lições aprendidas podem ser mencionadas:

- A disponibilidade de sistema informatizado de acompanhamento de projetos (SAM), que permite não só o acompanhamento dos projetos, mas a checagem do cumprimento de requisitos do Regulamento Operacional, a prestação de contas, a elaboração de relatórios e a solicitação de desembolsos;
- No caso do projeto-piloto de melhoramento de bairro Sub-normal da Vila Zumbi, a importância (i) do envolvimento da comunidade, desde o início; (ii) da existência de mecanismos de barateamento de custos; (iii) e de capacitação de mão-de-obra da comunidade, para proporcionar meios de empregabilidade e geração de renda;
- A ideia inicial de participação de capital privado no financiamento de obras municipais esbarrou no custo oportunidade de capital no país e na falta de tradição e modelos para projetos relativamente pequenos.

PARTICIPANTES EN LA REUNIÓN:

Por COF/CDR: Patrícia Bakaj e Riccardo Rietti

Por HQ: ----

Consultor CDR: Benard Darnel.

Aprovado:

Waldemar Wirsig

Jorge Luis Lestani

Sub-Representante
Banco Interamericano de
Desenvolvimento no Brasil

13/Nov/06



Relatório de Término de Projeto

PCR

Nome do Projeto: Programa Paraná Urbano II

País: Brasil

Setor/Subsetor: DU

Equipe de Projeto Original:

Ricardo Rietti (RE1/SO1), Patrick Saint-Pol Maydieu (RE1/SO1), Arcindo Santos (RE1/SO1), Eduardo Rojas (SDS/SOC, Bernadette Buchsbaum (LEG), Jorge Tejada (COF/CDR), Judith Aguirre-Lavallee (RE1/SO1),e Yony Orbegoso (RE1/SO1).

Número(s) de Empréstimo(s), CT(s): 1405/OC-BR (BR0374)

Data do CRG:

Data de Aprovação Final:

Equipe PCR: Autor(a) Principal e Membros:

Patrícia Bakaj, Especialista Setorial, COF/CDR,
Luis Guillermo Fernandez, Especialista Financeiro, COF/CDR;
Benard Darnel, Consultor



Acrônimos e Abreviações

AE	Agência Executora
AFP	Agência de Fomento de Paraná, S.A.
AM	Associações de Municípios
A-PAR	Sociedade Civil das Artes de Paraná
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná S.A.
BHMAP	Bacias Hidrográficas de Manancial de Abastecimento Público
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CO	Capital Ordinário (BID)
EIV	Estudo ou Relatório de Impacto de Vizinhança
FDU	Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano
FEMUPAR	Federação dos Municípios do Paraná
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEPAR	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
ICR	Índice de Carência Relativa
IFI	Instituição Financeira Intermediária
IOSP	Índice de Oferta de Serviços Públicos
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei da Responsabilidade Fiscal
OD	Objetivos de Desenvolvimento
Paranacidade	Serviço Social Autônomo Paranacidade
PCR	Project Completion Report
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PDUOS	Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo Municipal
PEOM	Programa Estadual de Obras Municipais
PGR	Programa de Gestão por Resultados
PI	Progresso na Implementação
PPA	Plano Plurianual de Investimentos
PPU-I	Programa Paraná Urbano I
PRAM	Programa de Ação Municipal
RTVE	Rádio e Televisão Educativa do Paraná
ROE	Regulamento Operativo Específico
ROG	Regulamento Operativo Geral
SAM	Sistema de Acompanhamento e Monitoramento
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná S.A.
SACE	Sistema de Acompanhamento de Projetos Especiais
SCA	Sistema de Controle Ambiental
SEDU	Secretaria do Estado para o Desenvolvimento Urbano
SFM	Sistema de Financiamento de Ações Municipais
SGF	Sistema de Gestão Financeira
SIM	Sistema de Informações Municipais
SIMDIV	Sistema para estimar a capacidade de endividamento municipal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SEEC	Secretaria do Estado de Cultura
SU	Sustentabilidade





Índice

I.	Informação Básica	3
II.	O Projeto	
	a. Contexto do Projeto.....	
	b. Descrição do Projeto.....	
	i. <i>Objetivo(s) de Desenvolvimento</i>	5
	ii. <i>Componentes</i>	5
	c. Qualidade do Ingresso de Informação (se aplicável).....	6
III.	Resultados	8
	a. Resultados.....	
	b. Externalidades	10
	c. Produtos.....	
	d. Custo do Projeto	16
IV.	Implementação do Projeto	
	a. Análise de Fatores Críticos	17
	b. Desempenho do Mutuário/ Agência Executora	17
	c. Desempenho do Banco	17
V.	Sustentabilidade	18
	a. Análise de Fatores Críticos	18
	b. Riscos Potenciais.....	18
	c. Capacidade Institucional	19
VI.	Monitoramento e Avaliação.....	19
	a. Informação de Resultados.....	19
	b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post.....	19
VII.	Lições Aprendidas	

Anexos

ANEXO IA E 1 B	Quadro Custo de Projeto e Calendário de Investimentos	22
ANEXO II	Ata do Seminário de Encerramento e Anexos	24
Anexo EA 2A	Síntese dos Seminários Regionais.....	29
Anexo EA 2B	Programação do Seminário Final.....	38
Anexo EA 2C	Lista dos Participantes do Seminário Final (principal).....	40
Anexo EA 2D	Aumento da Receita Tributária de Municípios com menos de 20.000 habitantes.....	45
Anexo EA 2E	Resumo e Custo do Projeto Vila Zumbi dos Palmares.....	46
ANEXO III	Avaliação do Mutuário.....	47
ANEXO IV	Resumo dos Projetos Financiados	54
ANEXO V	Análise de Custo/Benefício de Projetos	55
ANEXO VI	Informações resumidas do Subcomponente de Esgotamento Sanitário	58





I. Informação Básica

NO PROJETO:	BR0374	TITULO: PROGRAMA PARANÁ URBANO II
Mutuário:	Estado do Paraná	Data da Aprovação pelo Diretório: 05 de Junho de 2002
Agência Executora (AE):	Serviço Social Autônomo Paracidade	Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 30 de Agosto de 2002
Empréstimo (s):	1405/OC-BR	Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 17 de Dez. de 2002
Setor:	DU	Meses em Execução:
Instrumento de Empréstimo: _____		* Desde a aprovação: 51
		* Desde a efetividade do contrato: 48
Investimento, Projeto Específico		Períodos de Desembolso
		Data Original de Último Desembolso: 30 de Agosto de 2006
		Data Atual de Último Desembolso: 30 de Agosto de 2006
		Extensão Acumulada (Meses): -0-
		Montante do Empréstimo(s)
		* Montante Original: USD 100,000,000
		* montante Atual: USD 100,000,000
		* Parí Passu (se aplicável): BID: 60% Local: 40
		Houve Redirecionamento de recursos de [] para [] este projeto?
		[x] N/A (Favor marcar opção correspondente)
		Montante US\$:
		Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:
		Numero de Projeto(s) ou subempréstimo de onde foram redirecionados:
		Montante US\$:
Investimento Combate a Pobreza (PTI): Sim		Desembolsos
Equidade Social (SEQ): Sim		* Montante atual: 100,000,000 (100%)
Classificação Ambiental: A, B, ou C		
Obs. Segundo a Proposta de Empréstimo, o impacto ambiental do Projeto é considerado localizado e de modo geral mínimo. Classificação não indicada.		
		Custo total do projeto (estimativa original): USD 166,700,000
		Custo total atual USD 181,080,000
		Em estado de "Alerta"
		Está o projeto "em alerta" no PAIS: Não
		Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):
		Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):



Resumo da Classificação do Desempenho

OD	[MP] Muito Provável (MP)	[] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)
PI	[MS] Muito Satisfatório (MS)	[] Satisfatório (S)	[] Insatisfatório (I)	[] Muito Insatisfatório (MI)
SU	[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)

II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

O Estado do Paraná, localizado na Região Sul do Brasil, segundo o censo do ano 2000, conta com uma população de 9,6 milhões de habitantes (em 2005, estimado em 10,4 milhões) o que o situa no 6º lugar entre os estados mais populosos do país. Seu PIB equivale a 6,5% do PIB nacional e o situa no 5º lugar entre as 27 unidades da federação. O PIB per capita é de US\$6.400, aproximadamente 12% superior à média nacional.

A partir da década de 70, a estrutura produtiva do Estado, tradicionalmente concentrada no cultivo do café, sofreu profundas mudanças em consequência da modernização da agricultura, da crescente industrialização e da expansão de outros setores da economia do Estado. Em decorrência dessa transformação, alteraram-se as relações de produção e de trabalho no campo, provocando a desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. Parcela significativa desses emigrantes rurais se transferiu para os centros urbanos do próprio Paraná, em busca de oportunidades de trabalho e sustento.

Nesse processo, ampliavam-se sobremaneira o grau de urbanização do Estado e a tendência de concentração da população nos centros urbanos de maior porte. A expansão dos setores industriais e de serviços destas cidades não conseguiu absorver a totalidade da população saída do campo. Em tempos mais recentes, porém, essas correntes migratórias do campo para as cidades médias e grandes diminuíram e cederam espaço para migrações acentuadas inter- e intra-municipais por parte da população mais carente, inclusive das novas gerações desse segmento da população.

É importante ressaltar que, enquanto os pólos urbanos concentram a população, observa-se o esvaziamento, populacional nas quatro mesorregiões geográficas - Norte Pioneiro, Noroeste Paranaense, Centro Ocidental e Sudoeste, que representam 80% dos municípios do Estado e nas quais o nível de crescimento populacional não atinge o nível de reposição. Na situação atual, mais de 50% da população total do Estado e dois terços da população urbana concentram-se em apenas 30 dos 399 municípios do Estado.

A dinâmica de atração das cidades e o crescimento populacional dos grandes centros impõem novos desafios para modernizar e servir os espaços urbanos em adensamento, viabilizar moradias e serviços, e mitigar as desigualdades. Nesse sentido, ressaltam-se as dificuldades particulares de municípios que integram as periferias mais pobres das aglomerações, os que mais crescem dentre os municípios paranaenses e que, cada vez mais, encontram-se pressionados por demandas sociais intensas. Desse modo, há uma necessidade indiscutível em se avançar em soluções compartilhadas para resolução de problemas comuns que envolvam, além dos municípios, a sociedade civil e o setor privado.

Nesse contexto, e a partir das experiências anteriores de financiamento e arranjo institucional para o desenvolvimento urbano no Estado do Paraná (dentre as quais o Programa de Ação Municipal – PRAM e o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU), o governo estadual definiu uma estratégia cujos eixos principais foram os de promover mudanças na participação do estado no financiamento dos municípios, estimular a mobilização dos recursos tributários locais, fortalecer a capacidade institucional dos municípios e dinamizar os setores produtivos. No marco desta estratégia, com o apoio de um empréstimo do BID de US\$ 249 milhões, aprovado em 1995 (917/OC-BR), o Estado implantou o Programa de Desenvolvimento Municipal – Paraná Urbano I, em montante total de US\$ 426 milhões, concluído com êxito em 2001. Destaca-se na execução desse projeto, a nova configuração institucional de financiamento municipal, considerada inovadora, na qual a principal característica é a descentralização do novo órgão encarregado da aprovação de projetos e respectivas solicitações de financiamento – o PARANACIDADE.

Tendo em vista a experiência anterior com o Paraná Urbano I, a participação do BID no programa Paraná Urbano II teve como propósito auxiliar o Estado no fortalecimento do marco institucional para financiamento municipal, bem como na unificação dos recursos para financiamento aos municípios - tanto do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU quanto do Programa Paraná Urbano II- em um Sistema de Financiamento Municipal vinculado à SEDU. O Paraná Urbano II também contemplou a aplicação de lições identificadas no PU I, como por exemplo, ênfase no fortalecimento da administração municipal, no fortalecimento das associações municipais, no aprimoramento do sistema de informação para medir e avaliar a efetividade dos investimentos, e promoção da cultura.





b. Descrição do Projeto

i. Objetivo(s) de Desenvolvimento

O Programa tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Paraná, especificamente, modernizar a gestão, aumentar a qualidade e a cobertura dos serviços básicos municipais e consolidar a capacidade institucional dos municípios e de suas associações.

O Programa visava promover:

- a. o aperfeiçoamento do modelo de financiamento municipal;
- b. a consolidação da capacidade institucional dos municípios e suas associações;
- c. a implantação de mecanismos sustentáveis de gestão e financiamento para os setores de bens culturais, reabilitação de áreas urbanas patrimoniais ;
- d. o aperfeiçoamento do processo de determinação de prioridade de investimentos municipais com participação da sociedade civil; e
- e. o aumento da qualidade e cobertura dos serviços sociais e municipais básicos.

ii. Componentes

Subprogramas/Componentes:

1. SUBPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS E ASSOCIAÇÕES)

Desenho e implantação de medidas para o desenvolvimento municipal, especialmente aquelas relacionadas com o sistema de financiamento e o aumento da eficiência municipal. O componente original, inciso (b) Anexo A, "Fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná" foi eliminado mediante a Alteração Contratual Nº 1, de 22 de novembro de 2002, pela qual o Tribunal de Contas do Estado ficou designado como entidade responsável para a auditoria do Programa.

(a) Fortalecimento do PARANACIDADE

Esse componente visava (i) a Certificação do PARANACIDADE como gestor de recursos de terceiros; (ii) elaboração de modelo para estimar o potencial fiscal, gerenciamento do resultado primário e análise da capacidade de endividamento dos municípios; (iii) o desenvolvimento e implantação de um sistema de ranking municipal; (iv) a automação dos demonstrativos financeiros e planos de contas aprovados pelo Banco, e (v) o treinamento e capacitação dos funcionários do PARANACIDADE.

(b) Fortalecimento Institucional dos Municípios, suas Associações e Sociedade Civil

Esse componente incluiu (i) elaboração de Orto-cartas imagem em meio digital e produtos relacionados, para o Estado do Paraná em escala 1:50.000; (ii) Capacitação do pessoal municipal; (iii) o Fortalecimento das Associações de Municípios; (iv) a)Elaboração de Planos Diretores (PDM)/ de Uso de Ocupação de Solo (PDOUS); (v) a Elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional; e (vi) a Implementação de quatro projetos-piloto com a participação da sociedade civil na determinação de prioridades dos investimentos municipais.

2. SUBPROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E FINANCIAMENTO DE BENS PÚBLICOS E CULTURAIS

Desenho e implantação de reformas nos mecanismos institucionais e financeiros de gestão do setor cultural. O subprograma exigiu ajustes contratuais em relação, principalmente aos acordos inicialmente firmados do componente (a) " Constituição do MON". As metas renegociadas foram alcançadas. O Subprograma é constituído dos seguintes componentes:



(a) Apoio à Consolidação dos Mecanismos de Gestão

Constituição legal e entrada em operação da Organização da Sociedade Civil de Interesse público (Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer – MON), responsável pela operação e manutenção do museu.

(b) Recuperação, Expansão e Guarnição da Infra-Estrutura Cultural.

Reforma, expansão e aquisição de equipamentos do Edifício Castelo Branco, sede do MON para viabilizar o funcionamento do museu.

(c) Rede de Centros Culturais do Paraná

Reabilitação de 14 cine-teatros existentes no interior do Estado e apoio à gestão, por parte dos municípios, da operação e manutenção dos itens financiados.

(d) Desenho de Mecanismos Auto-Sustentáveis de Conservação de Áreas Patrimoniais Urbanas

Apoio aos Municípios para que desenvolvam programas integrados de preservação sustentável de áreas patrimoniais urbanas.

3. SUBPROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA MUNICIPAL

Investimentos em projetos de reabilitação, ampliação e construção de obras e aquisição de equipamentos em todos os setores de jurisdição municipal. O Subprograma foi ajustado através da Alteração Contratual N°3, de 12 de maio de 2006, permitindo incorporar o componente “Melhoramento de Bairros sub-normais”, sendo que o subprograma reformulado é constituído dos seguintes componentes:

(a) Saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes incluindo:

- (i) obras visando à eliminação de passivos ambientais em 4 cidades e
- (ii) implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário;

(b) Ações e obras de infra-estrutura

(c) Melhoramento de Bairros sub-normais (Conforme alteração contratual N°3, maio 2006)

Revisão da Qualidade do Desenho e Alterações do Contrato de Empréstimo (se aplicável)

(a) Do Desenho do Projeto

Salvo três alterações contratuais, a seguir relacionadas, efetuadas durante a execução, o desenho do Projeto foi claro e consistente com as metas e os objetivos previstos. Da qualidade do desenho destacam-se as disposições básicas do Contrato de Empréstimo, a definição dos objetivos, subprogramas e componentes, os detalhes do Marco Lógico, um claro e pré-estabelecido Regulamento Operativo Geral de Financiamento Municipal (ROG) e Regulamento Operativo Específico do Programa Paraná Urbano (ROE), a revisão dos processos de licitação na forma ex-post, e o arranjo para desembolsos, representando elementos que, em conjunto, contribuíram para a bem sucedida execução do Projeto e a sua conclusão dentro do prazo originalmente previsto, sem os atrasos e dificuldades que freqüentemente caracterizam a implementação de projetos com o mesmo nível de complexidade e abrangência.

(b) Das Alterações Contratuais

1º Alteração, novembro de 2002:

Passou a auditoria (Cláusula 5.02) das demonstrações financeiras do Programa para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, o que resultou na eliminação do componente (b) do Subprograma de Desenvolvimento Municipal relativo ao Fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2º Alteração, março de 2004:

Atualizou as definições da Seção 5 das Disposições Especiais do Contrato, eliminando a definição da Sociedade das Artes do Paraná A-PAR, introduzindo a definição do “Circuito Cultural”, do “Núcleo de Gestão do Circuito Cultural” e da “Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer”, paralelamente atualizando as Cláusulas 4.03, 4.04. e 4.05 das condições especiais prévias ao primeiro desembolso relacionadas com essas atividades do Subprograma de Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais. A redação do parágrafo 1.03 do Anexo A passou a vigorar com a seguinte redação:

“ 1.03(e) A Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer deverá estar constituída e o Museu Oscar Niemeyer deverá estar em pleno funcionamento até 31 de março de 2004.”





3º Alteração, maio de 2006:

A terceira modificação contratual introduziu os seguintes ajustes:

(i) A Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR foi introduzida na lista das definições da Seção 5 das Disposições Especiais, permitindo à empresa receber empréstimos do Mutuário para investimentos em melhorias e desfavelamento de bairros definidos com subnormais, o reassentamento de famílias de baixa renda e realocação de habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental. Ao mesmo tempo, foi acrescido o nome da COHAPAR em todas as cláusulas, e nos respectivos parágrafos do Anexo A, anteriormente regendo apenas a atuação da SANEPAR;

(ii) A Cláusula 4.07 sobre as condições relativa à Agência de Fomento do Paraná – AFP foi revista, eliminando a obrigatoriedade de vínculo da AFP à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, substituída pela exigência de que antes do último desembolso a SEDU integre o Conselho de Administração da AFP;

Na mesma Cláusula 4.07, inciso (b), foi alterada a obrigatoriedade de que antes do último desembolso do financiamento o Mutuário apresentasse evidência que foi implantada a alternativa selecionada para atrair recursos do setor privado ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná e substituído por novo texto requerendo demonstração de aprovação de norma legal determinando que os retornos de empréstimos concedidos com a utilização dos recursos do FDU, incluindo juros e amortizações, bem como os resultados auferidos em aplicações financeiras, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos em Desenvolvimento Urbano.

(iii) No parágrafo 1.03 do Anexo A do Contrato de Empréstimo, foram redefinidos os principais indicadores da consecução dos objetivos do Programa, a seguir:

- a. Quantificação anual das variações nos Índices de Carência Relativa que compõem o IOSP, conforme metodologia definida no ROE; (substituindo a exigência anterior de comprovação da redução do déficit de cobertura de qualidade dos serviços públicos em 10%).
- b. O primeiro “ranking” municipal de que trata o item (iv) da Seção 2.03 do Anexo A deverá ser disponibilizado ao público até 31 de março de 2006; (alterando a data original de dezembro de 2003 para 31 de março de 2006).
- c. Previamente ao último desembolso do Financiamento, o Paraná deverá apresentar evidência de aprovação de norma legal determinando que os retornos de empréstimos concedidos com a utilização dos recursos do FDU, incluindo juros e amortizações e também os resultados auferidos em aplicações financeiras, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos em Desenvolvimento Urbano; (substituindo a expectativa de que, no final do Projeto, 40% dos recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado sejam provenientes de setor privado).
- d. A Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer deverá estar constituída e o Museu Oscar Niemeyer deverá estar em pleno funcionamento até 31 de maio de 2004 (substituindo a atuação prevista originalmente da A-PAR e redefinida na 2º alteração contratual)

(iv) Ajustes necessários no Quadro de Custos do Programa

(OBS. Cópias das três alterações contratuais autorizadas pelo Banco e acordadas com o Mutuário encontram-se no Anexo VIII)

Revisão da Qualidade do Desenho (“Quality -At- Entry”)

☐ Muito Satisfatório (MS)

☒ Satisfatório (S)

☐ Insatisfatório (I)

☐ Muito Insatisfatório (MI)



DEV
DEVELOPMENT EFFECTIVENESS
AND STRATEGIC PLANNING DEPARTMENT



III. Resultados

a. Efeitos Diretos

O Programa cumpriu seus objetivos de desenvolvimento nos quatro anos contratualmente previstos para sua execução, sem necessidade de prorrogação do prazo para o último desembolso, algo bastante incomum na carteira do Banco no país.

Conforme estabelecido na 3ª Alteração Contratual, de 12 de maio de 2006, a redação do parágrafo 1.03 do Anexo A, definindo os principais indicadores da consecução dos objetivos do Programa, passou a vigorar com a seguinte redação:

- a. **Quantificação anual das variações nos Índices de Carência Relativa que compõem o IOSP, conforme metodologia definida no ROE.**

Resultados:

O sistema foi desenvolvido, implantado e está operando. Conforme previsto na Cláusula 4.17 do Contrato de Empréstimo, o primeiro Relatório de Avaliação do Impacto do Programa, relativo aos anos 2003 e 2004, e o segundo, relativo ao ano 2005, foram apresentados abordando as avaliações do IOSP, do IEF e do Coeficiente de Gini para todos os 399 municípios do Estado. (Informações adicionais no Capítulo IV Monitoramento e Avaliação do PCR);

- b. **O primeiro “ranking” municipal de que trata o item (iv) da Seção 2.03 do Anexo A deverá ser disponibilizado ao público até 31 de março de 2006;**

Resultados:

O “ranking” foi desenvolvido e concluído em dezembro de 2003, mas, em virtude das eleições municipais, não foi divulgado, de modo a evitar possível uso político de um tema técnico. A partir de março de 2006, concluída a etapa operacional para disponibilização do “ranking” via internet, passou a constar na página web do PARANACIDADE. Ele é atualizado periodicamente e os resultados são publicados e disponibilizados no site do PARANACIDADE. O ranking já representa uma ferramenta importante ao processo de planejamento, sendo o Paraná o primeiro Estado no Brasil com o sistema desenvolvido e os resultados disponibilizados para todos os seus municípios.

- c. **Previamente ao último desembolso do Financiamento, o Paranacidade deverá apresentar evidência de aprovação de norma legal determinando que os retornos de empréstimos concedidos com a utilização dos recursos do FDU, incluindo juros e amortizações e também os resultados auferidos em aplicações financeiras, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos em Desenvolvimento Urbano.**

Resultados:

A norma legal do Paranacidade estabelecendo as disposições financeiras sobre os retornos de empréstimos concedidos com os recursos do FDU encontra-se em vigor, Decreto 4470, de 14.03.05, dando respaldo legal e institucional à preservação do Fundo, sua capitalização, e contribuindo para eficácia na priorização e aplicação de recursos em novos projetos, bem como contribuindo para a sustentabilidade dos benefícios gerados pelos investimentos.

- d. **A Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer deverá estar constituída e o Museu Oscar Niemeyer deverá estar em pleno funcionamento até 31 de maio de 2004.**

Resultados:

A Sociedade dos Amigos do MON foi constituída em dezembro de 2003 e o Museu Oscar Niemeyer encontra-se em pleno funcionamento desde aquela data. Museu reformado, modernizado, e administrado no melhor padrão de conceitos museológicos, transformado em espaço de convergência cultural, valorizando a cultura do Estado.

Quanto aos objetivos de desenvolvimento do Projeto, conforme o ISDP, os mesmos foram definidos sob duas rubricas à seguir:

- (1) **Modernizar a gestão e aumentar a qualidade e a cobertura dos serviços básicos municipais e**





(2)

Classificação: **M P**



b. Externalidades

	<u>Efeitos Diretos Planejados:</u>	<u>Efeitos Diretos Obtidos</u>
2. Consolidar a capacidade institucional dos Municípios e de suas associações	<ul style="list-style-type: none">A capacidade institucional dos municípios e suas associações consolidadas; a gestão melhorada e modernizada; investimentos nos setores com fortes externalidades e “spill over” (equipamento cultural e reabilitação de áreas urbanas patrimoniais) incentivados; processo de priorização dos investimentos municipais aperfeiçoado, contando com a ampla participação da sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none">Mecanismos estabelecidos para ordenamento do espaço municipal com reflexos imediatos e futuros na área tributária, planejamento municipal, racionalização de novos investimentos e preservação do meio ambiente através do mapeamento de informações geográficas digitalizadas; financiamento de Planos Diretores e PDOUS e aperfeiçoamento desses instrumentos.Capacidade institucional dos municípios melhorada mediante treinamento de líderes públicos, equipes e funcionários municipais nas diversas áreas temáticas relacionadas com os objetivos do Programa, bem como a supervisão dos projetos e a disponibilização de apoio permanente do PARANACIDADE, através suas respectivas agências regionais; Programa de capacitação de funcionários públicos municipais estabelecido como ação permanente do PARANACIDADE e, no momento, sendo estruturado para oferecer cursos sistemáticos à distância.Fortalecimento institucional das 18 Associações de Municípios e apoio à execução da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná Urbano, mediante Convênio firmado com a Federação das Associações de Municípios do Paraná (FEMUPAR) e a capacitação dos técnicos contratados.
Classificação: MP		
Reformulação [SIM] A respeito das modificações contratuais anteriormente mencionadas, cabe esclarecer que: i) o Programa previa que um dos seus valores agregados seria atrair o capital privado para o financiamento aos Municípios e, dessa forma, aumentar a transparência e a eficiência dos mesmos no uso desses recursos. A esse respeito, todavia, a conjuntura financeira do país, particularmente as taxas de juros praticadas, bem como a pouca tradição de financiamento privado conduziram à modificação do contrato; ii) PGR: a implementação foi tentada, mas, em vista de sua inexecutabilidade, foi retirado do programa.		
PPMR Retrofitting O texto dos respectivos PPMR foi reajustado em consonância e após das datas das alterações contratuais. [SIM] N/A		
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):		
[MP] Muito Provável(MP) [] Provável (P) [] Pouco Provável (LP) [] Improvável (I)		
Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados. O Projeto alcançou e superou em vários componentes as metas estabelecidas e está alcançando os efeitos esperados. Da mesma forma, espera-se que os efeitos e impactos futuros sejam alcançados. Por outro lado, a sustentabilidade dos benefícios iniciados pelo projeto para a população depende não apenas da manutenção da infra-estrutura e da permanência das demais melhorias alcançadas e dos serviços, mas também, em muitos casos, de investimentos adicionais, nem sempre ao alcance do poder público municipal.		
Estratégia de País: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país. Os resultados do Projeto se enquadram plenamente nas estratégias da política de desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, nas estratégias do Banco para o Brasil, que preconizam a melhoria das condições de vida nas cidades, bem como a melhoria da gestão dos serviços municipais. Uma contribuição marcante, atual e futura do Projeto é a manifestação de interesse por parte de outros Estados do Brasil em conhecer a possibilidade de adotar modelos de financiamento aos Municípios como o do Paraná.		



Lista parcial, sem dados quantitativos, de externalidades, observadas durante a execução e/ou captadas na pesquisa sobre resultados qualitativos e nas avaliações anuais, e/ou pelo trabalho dos seminários regionais e/ou citadas durante o Seminário Final:

Positivas:

- Redução de doenças respiratórias como resultado da pavimentação de vias urbanas;
- Redução da delinquência nas ruas como benefício da iluminação pública; acentuada redução da criminalidade na Vila Zumbi como resultado da intervenção do projeto;
- Redução da violência doméstica e melhoria do nível de nutrição de crianças em idade pré-escolar com a implantação de creches;
- Instalação de novos estabelecimentos comerciais e geração de novos empregos;
- Valorização de imóveis na proximidade de vias urbanas melhoradas ou em função da infraestrutura melhorada, tais como iluminação pública, saneamento, drenagem pluvial corrigida, coleta regular de lixo, etc;
- Melhora do nível de moradias, - “as pessoas ficam entusiasmadas e melhoram a casa, ampliam a residência, pintam, fazem jardins e cercas” (relatório da Cobrape). A ampliação da área útil resulta em acréscimo de IPTU e aumento de receita para os cofres da prefeitura;
- Um Centro Comunitário para Terceira Idade, atendendo entre 200 a 300 pessoas por dia, permitindo aos idosos “envelhecer com dignidade”;
- Maior disposição da população a pagar taxas e impostos diante dos investimentos realizados;
- Maior eficiência da contabilidade e modernização do código tributário em municípios beneficiados com equipamentos de informática e treinamento especializado;
- Melhoras na área de saúde: qualidade de atendimento com ambulâncias, postos de saúde; melhorias nas condições de limpeza urbana; redução de alagamentos com projetos de drenagem; redução de doenças e mortalidade infantil com implantação dos projetos de saneamento;
- Forte acolhimento pela população dos projetos de cultura, complementado pelo programa de biblioteca cidadã; os centros culturais tornando-se áreas de convergência de diferentes segmentos da população;
- O componente de saneamento contribuiu para investimentos adicionais com outras fontes (BNDES, Caixa Econômica) em vários municípios beneficiados pelo programa.

Negativas:

- A cultura ainda relativamente incipiente da participação popular nas decisões da administração pública municipal e diferenças acentuadas entre os municípios em termos de presença, capacidade de liderança das organizações da sociedade civil; necessidade de maior capacitação dos agentes intervenientes e ampliação das formas de captação de lideranças municipais.
- Condições de financiamento para os municípios com baixa capacidade de endividamento, mas com potencial de crescimento. Foi colocado que o prazo de carência para o pagamento dos empréstimos (12 meses) dificulta aos municípios pobres o pleito de novas ações. Também solicitam revisão de outras condições, tais como prazo de amortização e taxa de juros;
- As exigências ambientais do CONAMA acarretam complexidade e custos que vêm onerando o investimento, chegando até mesmo a inviabilizar projetos de instalação, modernização e ampliação de saneamento em muitos municípios, sem oferecer alternativas ambientalmente, tecnicamente e financeiramente viáveis;
- Quanto à sustentabilidade de projetos implantados, existem algumas limitações e riscos por eventual influência política no processo de continuidade e/ou falta de priorização sistemática de recursos para a manutenção. Também as diferenças entre os municípios no nível de conscientização da sociedade civil para atuar no processo de conservação.

c. Produtos





PROGRESSO NA IMPLEMENTAÇÃO (PI)

Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
1. Subprograma de Desenvolvimento Municipal		<u>Término de Projeto</u>
(a) Fortalecimento do PARANACIDADE	(a) Fortalecimento do PARANACIDADE	(a) Fortalecimento do PARANACIDADE
(i) Certificação do PARANACIDADE como gestor de recursos de terceiros.	(i) Certificado emitido até junho 2003	(i) Certificado emitido pela Standard's & Poor em dezembro de 2002, com a classificação AMP-3 (Boas práticas de administração de recursos de terceiros) Meta atendida.
(ii) Preparação de um modelo para estimar o potencial fiscal, para gerenciamento do resultado primário e análise da capacidade de endividamento dos municípios.	(ii) Modelo desenvolvido e implantado até março de 2006;	(ii) Modelo concluído em dez. 2005 e revisto em agosto 2006. Meta atendida
(iii) Desenvolvimento e implantação de um sistema de ranking municipal.	(iii) Sistema de ranking desenvolvido e disponibilizado ao público até março de 2006;	(iii) Sistema de ranking desenvolvido e implantado em dezembro de 2003. Meta atendida.
(iv) Automação dos demonstrativos financeiros.	(iv) Automação implantada até junho de 2006	(iv) Automação implantada até junho de 2006. Meta atendida.
(v) Automação do Plano de Contas aprovado pelo Banco.	(v) Automação implantada até junho de 2006	(v) Automação implantada até junho de 2006. Meta atendida.
(vi) Treinamento e capacitação dos funcionários do PARANACIDADE	(vi) 105 funcionários treinados do início de 2003 até dezembro de 2004. No período 2005-2006, treinamento de 30 funcionários/ano.	(vi) Até junho de 2006, 198 funcionários treinados e capacitados em 66 cursos. Meta atendida.
(vii) Atualização dos critérios de elegibilidade dos projetos.	(vii) Concluir atualização até agosto de 2004	(vii) Atualização concluída até agosto de 2004. Meta atendida.
<u>Classificação:</u> MS		
(b) Fortalecimento Institucional dos Municípios, suas Associações e Sociedade Civil	(b) Fortalecimento Institucional dos Municípios, suas Associações e Sociedade Civil	(b) Fortalecimento Institucional dos Municípios, suas Associações e Sociedade Civil
(i) Elaboração de orto-cartas imagem para o Estado do Paraná em escala 1:50.000	(i) Cobertura de 100% do Estado até junho 2006	(i) Encontra-se em andamento a elaboração de orto-cartas, mapas de uso e ocupação do solo e outros. Concluídas e entregues 78 imagens brutas; 292 modelos digitais do terreno (MDTs); 157 Relatórios de pontos de Carta; 76 Relatórios de Pontos de Campo; 224 Orto-cartas-Imagem preliminares; 55 Orto-cartas –Finais; 75 Orto-cartas-Imagem de uso de solo preliminares. Conclusão do trabalho prevista para o 1º semestre de 2007.
(ii) Capacitação do pessoal municipal	(ii) 1.000 funcionários municipais treinados anualmente entre 2003 e 2005	(ii) Do início de 2003 até junho de 2006 foram treinados 4.097 funcionários municipais. Meta atendida e superada.
(iii) Fortalecimento das Associações de Municípios	(iii) Convênio firmado com a Federação das Associações de Municípios do Paraná (Femupar), até junho de 2004, para viabilizar apoio técnico aos Municípios. Contratação/capacitação de técnicos.	(iii) Convênio firmado em novembro 2005 com a Associação de Municípios do Paraná (FEMUPAR) com a finalidade de auxiliar na promoção do fortalecimento institucional das Associações de Municípios e apoiar a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional e do Programa Paraná Urbano em geral. Contratados 13 profissionais qualificados nas áreas de engenharia e arquitetura para viabilizar apoio técnico aos municípios. Meta atendida.





<p>(iv) Elaboração de Planos Diretores (PMD) de Uso e Ocupação de Solo (PDOUS)</p> <p>(v) Elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional</p> <p>(vi) Implementação de quatro projetos-piloto para a participação da sociedade civil.</p> <p>Custo total do Subprograma 1</p> <p>Contraparte: US\$ 2,549,818</p> <p>BID: -</p> <p>Desembolso BID: -0- %</p> <p><u>Classificação:</u> S</p>	<p>(iv) Financiamento de 100 Planos Diretores /Plano de Uso e Ocupação de Solo até junho 2006</p> <p>(v) 10 Planos de Desenvolvimento Regional concluídos até Junho 2006</p> <p>(vi) 04 projetos- piloto executados até dezembro 2005</p>	<p>(iv) 10 PDMs e 18 PDOUS concluídos; 16 PDMs e 24 PDOUS em elaboração; 23 PDMs e 9 PDOUS em licitação. Meta atendida.</p> <p>(v) Elaborados 10 Planos de Desenvolvimento Regional incluindo: plano de trabalho, cenário atual, cenário tendencial, cenário desejável e cenário do desenvolvimento estratégico regional em um único volume. Meta atendida.</p> <p>(vi) Concluídos projetos-piloto nos municípios de Lapa, Castro, Fazenda Rio Grande e Cascavel. Além desses projetos foram concluídos 10 outros municípios: Boa Ventura de São Roque, Campina de Lagoa, Campo Largo, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Pitanga, S. Mateus do Sul, Cambará, Pinhais, e Londrina. Meta atendida e superada.</p>
---	---	---

Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).

[NA] Todas as metas foram alcançadas, salvo a conclusão das Orto-cartas Imagem que é previsto para o 1º semestre de 2007, pois a empresa não está conseguindo cumprir o cronograma acordado.

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

O componente original do Anexo A, Fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado foi retirado do Projeto, dessa forma permitindo o TCE conduzir a auditoria do Programa. (1º Alteração Contratual Nov. 2002)



2. Subprograma de Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais.

Componentes:

(i) Constituição legal e entrada em operação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP responsável pela operação e manutenção do MON.

(ii) Reforma, expansão e aquisição de equipamentos do Edifício Castelo Branco, sede do MON, para viabilizar funcionamento do museu.

(iii) Reabilitação de 14 cines-teatro existentes no interior do Estado.

(iv) Apoio aos Municípios para que desenvolvam programas integrados de preservação sustentável de áreas patrimoniais urbanas.

Custo total do Subprograma 2

Contraparte: US\$ 12,735,146

BID: US\$ 9,191,720

Desembolso BID: 100 %

Classificação: M S

Produtos Planejados

Linha de Base* Intermediários/Anual Término de

(i) OSCIP instituída até dezembro de 2003

(ii) Museu Oscar Niemeyer funcionando até dezembro de 2003

(iii) Concluída a reabilitação de 11 cine-teatros até dezembro de 2004 e de outros 3 até junho de 2006

(iv) Estudo concluído e disponibilizado aos municípios até junho de 2006

Produtos Obtidos

Término de Projeto

i) Concluído em 09 de Julho de 2003. Meta atendida.

(ii) MON funcionando plenamente a partir de dezembro de 2003. Meta atendida.

(iii) 11 cines-teatro reabilitados até dezembro/2004 e 4 até junho/2006, e funcionando. Meta atendida e superada.

(iv) Estudo concluído em junho/2006 e transformado em documento à disposição dos municípios. Meta atendida.

Outro aspecto a ser mencionado é que, embora, não tenha se constituído em indicador de desempenho do componente foi implementado o projeto do sistema de difusão cultural do Paraná, que incluiu a expansão, adequação e equipamento do edifício Canal da Música para receber a Rádio TV Educativa do Estado. Do mesmo modo, o Palácio São Francisco, que anteriormente abrigava a RTVE, foi ampliado, adequado e equipado para abrigar o Museu Paranaense, anteriormente disperso em 6 sedes.

Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).

[N/A]

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças:

A Alteração Contratual Nº 2 de março 2004 atualizou as definições da Seção 5 das Disposições Especiais do Contrato, eliminando a definição da Sociedade das Artes do Paraná A-PAR, introduzindo a definição do "Circuito Cultural", do "Núcleo de Gestão do Circuito Cultural" e da "Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer", paralelamente atualizando as Cláusulas 4.03, 4.04. e 4.05 das condições especiais prévias ao primeiro desembolso relacionadas com essas atividades do Subprograma de Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais.



3. Subprograma de Investimentos em Infra-estrutura Municipal	<u>Linha de Base*</u> <u>Intermediários/Anual</u> <u>Término de Projeto</u>	<u>Término de Projeto</u>
Componentes: (i) Saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes incluindo: (a) obras visando à eliminação de passivos ambientais em 2 cidades e (b) implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário; (ii) Ações de infra-estrutura (iii) Obras de Melhoria e desfavelamento de bairros definidos como sub-normais Custo total do Subprograma 3 Contraparte: US \$ 61,486,967 BID: US \$ 90,333,000 Desembolso BID: 100 % <u>Classificação:</u> MS	(i) Saneamento em cidades com menos de 100 mil habitantes incluindo: (a) Conclusão de obras em uma cidade até dezembro de 2004; outras duas cidades até junho de 2005 e mais uma cidade adicional de junho de 2006 (b) <u>Ampliação</u> de 2 sistemas até dezembro de 2004, de 8 sistemas até dezembro de 2005 e de 7 sistemas em 2006; <u>implantação</u> de 2 sistemas até dezembro de 2005 e 2 sistemas em 2006. (ii) 500 ações concluídas até dezembro de 2004; 500 ações concluídas em 2005 e 100 ações concluídas em 2006 (iii) Implantação de obras e ações em um bairro definido como subnormal até junho 2006. (Componente introduzido na 3ª alteração contratual de maio de 2006)	(a) Na cidade de Florai, obras concluídas em dez/2004; em Telêmaco Borba e Jacarezinho em junho/2005, e em Cambará em junho/2006. Em execução, em Telêmaco Borba, mais um sistema para redução de passivo ambiental, totalizando 5 projetos desse tipo. Meta atendida. (b) Goioerê e Loanda (dez 2004) Alto Paraná, Campo Mourão, Cidade Gaúcha, Palotina, Terra Boa, Toledo, Castro, Apucarana, Ubitatã, Itaipulândia (dez/2005) Arapongas, Barbosa Ferraz, Dois Vizinhos (2 sistemas), Nova Laranjeiras, Apucarana, Clevelândia (2 sistemas), Cruzeiro do Oeste, Nova Londrina, Quatiguá, São Mateus do Sul (2 sistemas), São Miguel do Iguaçu (ago/2006), 9 sistemas encontram-se em fase final de execução, perfazendo um total de 33 sistemas e 38 ações. Meta atendida e superada. (ii) Concluídas 1331 ações financiadas aos municípios até o final da execução do Programa. (O Programa, em todos os componentes realizou 1762 ações/projetos). Meta atendida e superada. (iii) Encontra-se em fase adiantada a execução: Melhoria da Vila Zumbi do Palmares no Município Colombo incluindo infra-estrutura urbana, construção de 281 sobrados, melhoria das instalações de 400 moradias, e apoio à Rede Assistencial com atendimento diário aos moradores. No conjunto das atividades desenvolvidas nessa área estão sendo beneficiados diretamente 6.649 pessoas.

Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).

[SIM] As metas previstas foram alcançadas.

Reestruturação. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças:

Mediante Alteração Contratual Nº 3 de maio de 2006, a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR foi introduzida na lista das definições da Seção 5 das Disposições Especiais, permitindo a COHAPAR receber empréstimos do Mutuário para investimentos em melhoria e desfavelamento de bairros definidos com subnormais, o reassentamento de famílias de baixa renda e relocação de habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental. Foi escolhida a Vila Zumbi dos Palmares como o primeiro Projeto desse tipo. A conclusão é previsto para o final de 2006.

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:



[**MS**] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

d. Custos do Projeto

Custo Total Projeto - Planejado (US\$000)				Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)			% Diferença
(Reproduzir quadro de custos)				(Reproduzir quadro de custos)			
Categoria de Custo e Tipo de Gasto	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	%
1. Administração e Supervisão (Consultoria e Equipamentos)	-	3,500	3,500	-	4,071	4,071	+ 16,3
1.1 Administração Geral	-	2,900	2,900	-	3,602	3,602	+ 24
1.2 Apoio à Execução	-	600	600	-	469	469	- 22
1.3 Auditorias Externas	-	-	500	-	-	-	- 100
2. Investimento Direto	99,933	63,200	161,700	99,933	63,200	176,941	+9
2.1 Desenvolvimento Municipal (Consultoria e Equipm.)	-	3,400	3,400	-	2,549	2,549	- 77
2.1.1 Fortalecimento do Paranacidade	-	-	-	-	-	-	-
2.1.1 Fortalecimento institucional dos municípios, suas associações e participação da sociedade civil	-	3,400	3,400	-	2,549	2,549	-25
2.2 Modernização da gestão e financiamento de bens públicos culturais (Consultoria, obras e equipamentos)	9.600	12,750	22,350	9.600	12.971	22.571	+ 3.0
2.2.1 Modernização da gestão do equipamento cultural do Estado do Paraná	9.200	12.700	21.900	9.192	12.736	21.928	+ 6
2.2.2 Modernização da gestão da reabilitação de áreas urbanas patrimoniais.	400	50	450	408	236	644	+43
2.3 Infra-estrutura básica municipal (consultoria, equipamentos e obras)	90.333	47.050	137.383	90.333	61.487	151.820	+ 11
2.3.1 Obras municipais	68.433	43.950	112,383	68.827	58.985	127.812	+ 14
2.3.2 Esgoto em municípios com menos de 100.000 habitantes	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000	0
2.3.3 Melhoria de Bairros Sub-normais	1,900	3.100	5.000	1.506	2.502	4.008	-20
Subtotal	99.933	66.700	166.630	99.933	81.079	181.012	+ 9
3. Custos Financeiros	67	-	67	67	-	67	
3.1 FIV	67	-	67	67	-	67	
TOTAL	100,000	66.700	166.700	100.000	81.079	181.079	+ 9.0

Explique brevemente diferenças.

- Os investimentos previstos para o Fortalecimento do Paranacidade se enquadraram no orçamento regular da entidade sem ser tratado como incremental.
- O gasto superior em 11% na categoria "Infra-estrutura Básica Municipal" é consistente com as obras e atividades autorizadas e realizadas.



IV. Implementação do Projeto

a. Análise de Fatores Críticos

Considerando a complexidade e abrangência do Projeto, a sua execução não foi afetada significativamente por fatores negativos fora do âmbito de influência do Executor e/ou relacionados com os riscos identificados na preparação e que poderão afetar o alcance das metas e objetivos.

Entre os fatores positivos para alcançar os produtos e objetivos do Projeto destacam-se:

- O forte compromisso do governo atual, bem como de administrações anteriores, independente da política partidária, com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná e um enfoque já consagrado e amplamente reconhecido na área de desenvolvimento urbano.
- A parceria entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano, que atravessa praticamente todas as décadas desde o primeiro empréstimo do Banco para Brasil, resultando na familiaridade dos executores com os procedimentos e normas do Banco e no fiel cumprimento das mesmas.
- O compromisso do PARANACIDADE com boas práticas na administração pública e com bons resultados na execução dos seus projetos, refletido no desempenho na implementação do Paraná Urbano I e novamente no Paraná Urbano II. A mesma seriedade estende-se às demais Secretarias e órgãos do Estado, citando em particular os que tiveram papel importante no Programa tais como a SANEPAR, a COHAPAR, e a Secretaria de Cultura – SEEC.
- O acolhimento do Programa e a participação ativa dos municípios. Os municípios paranaenses estão vivendo a necessidade da modernização e do planejamento. Um grande passo nesse sentido foi dado pelo Decreto Estadual 2.581/2004, que considera o Plano Diretor obrigatório para todos os municípios do Estado. Os novos paradigmas da administração pública municipal não são mais tratados como opção, mas como medidas de urgência e necessidade. Nesse processo, o Paraná Urbano II e o apoio do Estado, por meio da SEDU e do PARANACIDADE, tornou-se indispensável.
- O constante apoio dos técnicos do PARANACIDADE aos Municípios em todas as fases: elaboração de projetos, orçamento, licitação, execução.
- A disponibilidade e uso de sistema informatizado - Sistema Informatizado de Acompanhamento (SAM), que permite não só o acompanhamento dos projetos em todas as etapas, mas a checagem do cumprimento de requisitos do Regulamento Operacional; a existência de uma base sólida para o planejamento e os processos de decisão; a comparação, entre os municípios para demonstrar bom desempenho na administração e fomentar a competitividade; e
- O bom desenho do Projeto; Contrato de Empréstimo com condições exequíveis; clareza de um ROE e ROG pré-estabelecido; um Plano de Financiamento adequado aos propósitos do Projeto; habilidade, tanto do Banco como do Executor no aproveitamento criativo desse instrumento.

b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora

Desempenho do Mutuário/Agência Executora

[**MS**] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

c. Desenvolvimento do Banco





Desempenho do Banco

[MS]] Muito Satisfatório (MS)

[] Satisfatório (S)

[] Insatisfatório (I)

[] Muito Insatisfatório (MI)

V. Sustentabilidade

a. **Análise de Fatores Críticos**

- Abrangente legislação em vigor, regendo a administração municipal; análise de elegibilidade, e viabilidade de projetos; mecanismos para a recuperação dos investimentos realizados, inclusive por meio da cobrança de taxas e tarifas, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos e seus benefícios.
- Para Obras Sociais, o município deve demonstrar como serão alocado os recursos para sua manutenção.
- Sistemas informatizados, interligados em rede e apoio permanente do PARANACIDADE aos municípios seja pelo sistema, seja diretamente, através das agências regionais.
- Fiscalização apurada do Programa pelo TCE do Estado e pelo Paranacidade durante a execução, contribuindo para a qualidade dos projetos e, portanto, reduzindo futuros gastos com a manutenção dos projetos físicos.
- A cobrança da Sociedade Civil no que tange à qualidade e à manutenção de obras e serviços municipais ainda é incipiente e varia muito de um município a outro, entretanto, o Programa contribuiu para avançar nessa área. Também se destaca a interlocução e o apoio prestado aos municípios e associações através da Federação das Associações de Municípios do Paraná.
- Forte acolhimento e uso pela população dos bens de patrimônio cultural, diminuindo os riscos de reversão dos benefícios decorrentes dos investimentos realizados.
- Aumento da receita tributária dos municípios (Vide Anexo EA 2D do Memorando do Seminário para informações adicionais)

b. **Riscos Potenciais** [PMP18]

Entre os riscos potenciais, continuam a constar aqueles já identificados na preparação do Projeto e explícitos nos pressupostos do Marco Lógico.

- **Capacidade municipal de crescimento sustentável:** - A esse respeito, vale lembrar que 80% dos municípios paranaenses caracterizam-se por taxa zero ou negativa de crescimento populacional, que futuramente pode ou não incidir negativamente nas receitas tributárias dos municípios, e a eventual sub-utilização de serviços municipais nas áreas com essa tendência populacional.
- **Estabilidade econômica do país:** - Este suposto foi validado durante a execução com boas perspectivas para o futuro.
- **Compromisso das autoridades locais e estaduais:** - O desempenho do Governo do Estado do Paraná e dos seus municípios na implementação do Paraná Urbano I e II é a constatação desse compromisso. O Programa contribuiu fortemente para a redução desse risco.
- **Comunidade seguirá participativa nas decisões locais:** - Trata-se de uma área de risco, visto que a cultura de participação da sociedade civil nos processos decisórios dos municípios ainda é relativamente nova. Por outro lado, o Programa demonstrou que o processo de construção participativa dos PDMs amplia a discussão e definição das prioridades por parte da sociedade civil



e dos municípios e que é uma área que deve ser fortalecida para o processo se tornar habitual e irreversível.

- **Vontade política dos dirigentes:** - O Programa e o trabalho do PARANACIDADE estão contribuindo significativamente para a consolidação de mudanças necessárias, concentradas na qualidade e continuidade da administração municipal e reduzindo os riscos oriundos de fatores políticos e mudanças na gestão municipal.
- **A SANEPAR tem capacidade de endividamento e está cumprindo com as cláusulas dos convênios anteriores firmados no âmbito do Programa:** - A SANEPAR está cumprindo com suas obrigações fiscais e institucionais.
- **Os municípios estarão cumprindo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e terão a capacidade de endividamento:** - O cumprimento da LRF por parte dos municípios não é mais uma questão de opção, mas de sobrevivência. A lei funciona como um forte incentivo para a boa administração fiscal dos municípios, pois cumpri-la é requisito para acessar recursos onerosos e não onerosos. A alocação oportuna e adequada de recursos para a manutenção também decorrerá dos resultados fiscais.

c. Capacidade Institucional

Classificação de Sustentabilidade (SU) :

[] Muito Provável (MP) [**P**] Provável (P) [] Pouco Provável (PP) [] Improvável (I)

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados [PMP21]

Encontra-se estabelecido e operando o conjunto de sistemas concebidos para o monitoramento contínuo e a avaliação dos resultados do Programa, a seguir:

(i) Quantificação da Oferta dos Serviços Públicos (IOSP)

O Índice de Oferta de Serviços Públicos (IOSP), construído a partir dos Indicadores de Carência Relativa (ICR) nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura urbana, é um importante instrumento de planejamento. Como parte do processo de levantamento de dados, o PARANACIDADE efetuou, pela primeira vez, o dimensionamento da malha viária urbana do Estado. O IOSP e o Índice de Esforço Fiscal (IEF), complementado pelo diagnóstico fiscal e financeiro dos municípios do Estado, todos produtos do Programa Paraná Urbano II, disponibilizam informações relevantes ao processo de planejamento municipal e estadual, subsidiando a determinação de prioridades para investimentos, bem como o estabelecimento de medidas para aumento da arrecadação própria dos municípios.

(ii) Relatórios de Avaliação do Programa Paraná Urbano II

Conforme indicado no parágrafo anterior, a quantificação da Oferta dos Serviços Públicos, aliada ao Índice de Esforço Fiscal, tem sido instrumento importante ao processo de diagnose e planejamento municipal e estadual relacionado ao Programa. Por outro lado, conforme demonstrado nos Relatórios de Avaliação do Programa Paraná Urbano II, elaborados pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE, os mesmos instrumentos quantitativos, por diversos motivos, não têm sido eficazes para demonstrar, de modo confiável e consistente, a correlação entre os investimentos realizados e os efeitos nos índices. Entre os fatores mencionados nos referidos trabalhos estão: o tamanho da amostra (apenas 20 municípios); a utilização pelos municípios de recursos oriundos de outros programas; a concentração dos recursos em poucos projetos num determinado município, com impacto não significativo nos índices, bem como aspectos metodológicos, entre os quais, o diferencial nos quocientes que compõem cada ICR (por exemplo, na fórmula do IOSP, o ICR de Educação representa um terço do IOSP de um município).

Apesar das mencionadas dificuldades de medição quantitativa dos resultados do Programa, a análise dos mesmos Relatórios, baseado no *Balanced Score Card* e a Análise SWOT, juntamente com os resultados da





análise qualitativa conduzida pela COBRAPE nos municípios da amostra, e referente a investimentos específicos realizados em cada município, permitiram a conclusão pelas citadas pesquisa que os objetivos do Programa foram alcançados de forma satisfatória.

Quanto aos projetos destinados ao desenvolvimento institucional dos municípios e das associações, à melhoria da gestão pública e de participação da sociedade civil, o Relatório concluiu que os mesmos têm gerados externalidades sociais de grande importância e que, apesar desses projetos não serem apreendidos pelo IOSP, são de vital importância para o sucesso do Programa, visto que constituem a base estratégica da oferta de serviços públicos municipais.

Dos demais relatórios estabelecidos no Contrato de Empréstimo, inclusive os relatórios de auditoria do Programa, pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e do Executor, por empresa de auditoria independente, vale destacar o cabal cumprimento pelo Executor, das exigências contratuais, com excelente qualidade e, salvo raros exceções, em tempo hábil. Da mesma forma, o Executor agiu com presteza respondendo às indagações do Banco e/ou sanando eventuais ressalvas.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

De acordo com a disposição da Cláusula 4.08 (c), o Mutuário apresentará ao Banco, dentro do prazo de seis meses da data do último desembolso dos recursos do Financiamento, um relatório de avaliação “ex post” do Programa, com base na metodologia e de acordo com as diretrizes previamente acordadas com o Banco, no qual deverá indicar, entre outros, o impacto do Programa.

O Banco e o Mutuário entendem que a avaliação para a elaboração deste Relatório de Término de Projeto cumpre com este requisito contratual.

VII. Lições Aprendidas

- A lição principal do Projeto é que a excelente organização, a capacidade e o desempenho do Paranacidade, aliado ao compromisso e seriedade do Estado com os resultados do Paraná Urbano II, garantiram a sua execução no prazo contratualmente estabelecido e o alcance das metas e objetivos.
- O Subprograma de Modernização da Gestão e Financiamento de Bens Públicos e Culturais serve como modelo para outros projetos dessa natureza, principalmente pelo seu enfoque na descentralização da oferta cultural aos municípios, bem como pela intensificação do uso dos espaços disponíveis e a diversificação da programação.
- A atuação exemplar do Paranacidade e da COHAPAR na execução do subprojeto de urbanização da Vila Zumbi dos Palmares poderá servir como modelo para outros projetos semelhantes, principalmente no que tange ao (i) trabalho com a comunidade, (ii) a racionalização de custos, (iii) a capacitação da mão-de-obra da comunidade e sua contratação para a realização das obras (construção das casas), (iv) a mobilização e o envolvimento da indústria e do comércio do município para gerar novos postos de trabalho para residentes da Vila Zumbi.
- Em futuros projetos, considerar critérios de elegibilidade e condições diferenciadas de financiamento para municípios com potencial de crescimento, mas baixa capacidade de endividamento.
- Em futuros projetos, considerar modelos de desenvolvimento sustentável para municípios com decréscimo populacional.
- O conceito original de participação de capital do setor privado no Projeto é válido, porém esbarrou no custo oportunidade de capital no país e na falta de tradição e modelos para esse tipo de parceria para investimentos do setor privado em projetos relativamente pequenos no nível municipal.
- A introdução do conceito de Gestão por Resultado – PGR, testado como projeto piloto, enfrentou dificuldades na implementação, pois os municípios: (i) não conseguiram visualizar benefícios com a metodologia contábil empregada; (ii) não conseguiram observar o padrão para desagregação dos dados; (iii) reclamavam da rigidez para proceder alterações orçamentárias de qualquer natureza, para as quais era necessária a aprovação legislativa. Ademais, existem dificuldades para que o TCE supervisione a contabilidade de custos de todos os municípios.



Anexos

ANEXO IA E 1 B	Quadro Custo de Projeto e Calendário de Investimentos	22
ANEXO II	Ata do Seminário de Encerramento e Anexos	24
Anexo EA 2A	Síntese dos Seminários Regionais	29
Anexo EA 2B	Programação do Seminário Final	38
Anexo EA 2C	Lista dos Participantes do Seminário Final (principal)	40
Anexo EA 2D	Aumento da Receita Tributária de Municípios com menos de 20.000 habitantes	45
Anexo EA 2E	Resumo e Custo do Projeto Vila Zumbi dos Palmares	46
ANEXO III	Avaliação do Mutuário	47
ANEXO IV	Resumo dos Projetos Financiados	54
ANEXO V	Análise de Custo/Benefício de Projetos	55
ANEXO VI	Informações resumidas do Subcomponente de Esgotamento Sanitário	58
ANEXO VII	Decreto 2581/04 da Obrigatoriedade de Plano Diretor Municipal	59
ANEXO VIII	Instrumentos de Alteração Contratual nº 1, 2 e 3	60



Anexo 1A e 1B
Financiamento do Projeto

Anexo 1-A
Fonte de Financiamento
(Montantes em milhões de US\$)

Categoria de Investimento	Original				Atual				Brecha em % do Original			
	BID	Mutuário	Outras Fontes	Total	BID	Mutuário	Outras Fontes	Total	BID	Mutuário	Outras Fontes	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
1. Administração e Supervisão (Consultoria e equipamento)		3,50		3,50		4,07		4,07		+16,3		+16,3
2. Investimento Direto	99,93	63,20		163,13	99,93	77,01		176,94	0,0	+21,8		+8
Subtotal	99,93	66,70	0,00	166,63	99,93	81,08	0,00	181,01	0,0	+21,6		+9
3. Custos Financeiros	0,07			0,07	0,07			0,07	0,0			0,0
3.1 FIV	0,07			0,07	0,07			0,07	0,0			0,0
TOTAL	100,00	66,70	0,00	166,70	100,00	81,08	0,00	181,08	0,0	+21,6		+9

Fonte de Informação:

Do sistema LMS: Colunas (1) e (5)

Para serem completadas pelo autor do PCR: Colunas (2), (3), (6) e (7)

Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9), (10), (11), (12) e o total da última linha



Anexo 1- B

Calendário de Investimentos

(Montantes em milhões de US\$)

Anos	Original				Atual				Brecha
	BID	Mutuário	Outros	Total	BID	Mutuário	Outros	Total	(8)- (4)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
2001		4,39		4,39					(4,39)
2002	20,00	38,66		58,66	6,48	13,99		20,47	(38,19)
2003	59,37	9,77		69,14	16,23	1,40		17,62	(51,52)
2004	15,34	7,40		22,74	41,25	11,34		52,59	29,85
2005	5,29	6,48		11,77	16,09	29,56		45,65	33,88
2006					19,95	24,79		44,74	44,74
TOTAL	100,00	66,70		166,70	100,00	81,08		181,08	14,38

Fonte de Informação:

Para serem completadas pelo autor do Memorando do Banco: Colunas (1), (4), (5), (8), e (9)

Os dados das colunas (2), (3), (6), e (7) serão proporcionados pelo autor do Memorando do Executor

Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9) e o total da última fileira.



ANEXO II

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA PARANÁ URBANO II

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO

1. O Seminário de Encerramento do PROGRAMA PARANÁ URBANO II foi realizado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no dia 14 de setembro de 2006, no Hotel Quality Inn.
2. O Seminário foi prestigiado com a presença e as palavras de abertura do Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná - SEDU e Superintendente do PARANACIDADE, Sr. Luiz Forte Netto e do Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro, representando o Governador. O Secretário agradeceu a dedicação e o desempenho da sua equipe e a das demais entidades que participaram no Programa, agradecendo também o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento e expressando a expectativa da participação, em breve, em uma terceira etapa do Programa. O Sub-Representante do BID, Sr. Jorge Luis Lestani, expôs os objetivos da avaliação realizada ao término dos projetos e a importância que o Banco a ela atribui e apresentou os agradecimentos e cumprimentos ao PARANACIDADE pelo empenho na realização do Seminário e pela conclusão do Programa no prazo acordado e com metas atendidas.
3. A Sra. Miryan Kravchychyn, Diretora de Operações do PARANACIDADE, fez uma apresentação do Paraná Urbano II em termos de seus componentes, ações e resultados, ao tempo em que agradeceu o empenho dos técnicos do PARANACIDADE e de todas as demais instituições que colaboraram para o bom desempenho do Programa. O Sr. Wilson Bley Lipski, Diretor-Geral da SEDU, fez breve apresentação do Programa de Capacitação de Gestores Municipais.

A platéia da abertura, de cerca de 100 pessoas, incluiu profissionais do PARANACIDADE, inclusive de suas regionais, da Agência de Fomento do Paraná- AFP, da SANEPAR, da COHAPAR, da Secretaria de Cultura, do Tribunal de Contas do Estado, da Radio TV Educativa, de Prefeituras, da Federação das Associações de Municípios-FEMUPAR, além do Prefeito do Município de Arapongas e beneficiários de projetos. Pelo Banco, participaram, além do Sub-Representante, a Especialista Setorial responsável pela supervisão do Projeto, Patrícia Bakaj e o Especialista Financeiro, Luis Guillermo Fernandez .
Em anexo, (Anexo EA 2C) a lista dos participantes do Seminário final.

Cabe destacar que, previamente ao seminário final, foram realizados seis seminários regionais, nos escritórios do Paranacidade, que contaram com a participação de cerca de 150 pessoas, entre beneficiários, Prefeitos e associações comunitárias.

4. A Metodologia: Seminários Regionais

Para a definição da amostra de municípios e projetos a serem visitados foram selecionados, para cada Regional do PARANACIDADE, pelo menos 6 municípios, abrangendo diferentes projetos das ações mais representativas na região. Dentre os critérios utilizados para selecionar municípios e projetos a serem amostrados destacam-se: i) frequência por Regional; ii) significância em termos de valor monetário, quantidade de ações e avaliação qualitativa (por exemplo, obras que não representativas no Paraná Urbano II, mas que serão em uma potencial futura operação); iii) diversidade de municípios enquadrados em grupos de pequenos, médios e grandes ; e iv) estar a obra implantada e em funcionamento há pelos menos 3 meses. Para cada projeto selecionado, o escritório regional do Paranacidade convocou um representante do município e um representante dos beneficiários diretos (associação de moradores, associação comercial, etc.) para a reunião na regional. De cada reunião foi selecionado um projeto, sendo que o executor e o beneficiário foram convocados para participar do seminário em Curitiba.



As matrizes dos Seminários Regionais estão resumidas no Anexo EA 2A do presente Relatório, contendo as observações e respostas geradas pelas seguintes perguntas:

Anexo EA 2A: Sínteses dos Seminários Regionais

Questões de cunho geral:

- (i) As áreas prioritárias foram contempladas?
- (ii) A cobertura dos serviços básicos municipais aumentou?
- (iii) A qualidade da prestação de serviços básicos municipais melhorou?
- (iv) O sistema de financiamento atendeu as expectativas?
- (v) Implementação de mecanismo de gestão e financiamento sustentável?
- (vi) Aperfeiçoamento no processo de priorização de investimentos municipais com participação da sociedade civil (Plano Diretores)

Roteiro de Sistematização de Informações do Programa

- (i) A capacidade institucional dos municípios foi consolidada?
- (ii) As áreas prioritárias foram contempladas com as ações previstas?
- (iii) As metas estabelecidas foram alcançadas?
- (iv) A cobertura dos serviços básicos municipais aumentou?
- (v) A qualidade da prestação dos serviços básicos municipais melhorou?

Com base na sua experiência na execução do PARANA URBANO II, expresse aspectos positivos e negativos e fatores limitantes na efetividade dos princípios do Programa e sugira como pode ser melhorado o desempenho.

- (i) O sistema de financiamento a municípios atende as expectativas?
- (ii) Fortalecimento Institucional: consolidação da capacidade institucional dos municípios e associações;
- (iii) Implementação de mecanismos de gestão e financiamento sustentável;
- (iv) Aperfeiçoamento no processo de priorização de investimentos com a participação da sociedade civil (Planos Diretores);
- (v) Aumento da qualidade e cobertura dos serviços urbanos básicos e sociais.

5. Com base nas informações colhidas nos seminários regionais, corroboradas pelas apresentações no dia do Seminário em Curitiba, e nos dados do Paraná Urbano II, pode-se concluir que o Paraná Urbano II alcançou seus objetivos. Considerando a complexidade e a abrangência do Programa, poder-se-ia afirmar também que o mesmo superou as expectativas no que tange à agilidade de execução e à qualidade e consistência dos resultados obtidos nas diversas áreas em que o Programa atuou.

5.1 A Execução do Programa

- Conclusão satisfatória de todas as etapas do Subprograma 1,2 e 3 ; Conclusão das orto-cartas imagens previsto para primeiro semestre de 2007;
- Conclusão em quatro anos, de um total de 1762 ações/projetos, cumprindo todas as etapas de elaboração, em conformidade com os Regulamentos do Programa, revisão pelo PARANACIDADE, aprovação da STN para a obtenção do subempréstimo na AFP, licitação, contratação e execução;
- O Programa atendeu as prioridades municipais, confirmando a eficácia do processo de seleção dos projetos;
- Houve unanimidade sobre a relevância e o caráter indispensável do apoio técnico, da supervisão e do treinamento proporcionados pelo PARANACIDADE;



- Os municípios que tiveram experiência com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal- PDM afirmaram a relevância do instrumento, não apenas para o planejamento e identificação de prioridades, mas também como mecanismo efetivo de captar o interesse e envolver a sociedade civil nesse processo;
- O valor da participação da sociedade civil no processo de planejamento, na definição de prioridades, no acompanhamento da execução e nas ações para garantir a sustentabilidade dos benefícios é amplamente reconhecido, entretanto, em muitos municípios, esse processo ainda é incipiente. Nessa área foi sugerido melhorar a estratégia de comunicação social, ampliar a capacitação dos técnicos municipais e dos representantes e líderes comunitários da sociedade civil;
- Quanto ao mecanismo de financiamento para os projetos municipais, as observações foram positivas, entretanto, os municípios menores propuseram que as condições fossem revistas para reduzir as exigências técnicas, ampliar o prazo de carência e diferenciar os juros, no intuito de permitir uma participação maior de municípios com baixa capacidade de endividamento.

5.2 Dos Resultados

- Houve consenso geral, tanto nos seminários regionais como nas apresentações do Seminário Final, que o Paraná Urbano II atendeu os objetivos previstos dos seus três subprogramas;
- Medidas legais e institucionais previstas para o fortalecimento do PARANACIDADE foram implementadas, continuam em vigor e visam garantir fonte de recursos para continuar, apoiando os municípios na modernização da gestão, no planejamento, e em investimentos voltados à melhorar a oferta e qualidade de serviços e a qualidade de vida da população;
- Fortalecimento institucional dos municípios e das associações da sociedade civil implementado com sucesso, superando metas de treinamento, número de municípios com PDMs concluídos ou em fase de preparação, e número de projetos-piloto para a participação da sociedade civil na determinação de prioridades dos investimentos municipais e da preparação dos PDMs;
- Resultados da modernização da gestão e financiamento de bens públicos e culturais surpreendem pelo (i) forte acolhimento da população, (ii) a diversidade de programas culturais oferecida, (iii) o uso intenso das novas instalações, (iv) boas perspectivas, no caso do MON, que os ingressos contribuam em uma parte significativa do custeio da manutenção física, e (v) a participação e o apoio financeiro do setor privado no patrocínio de muitos eventos;
- Os projetos contribuíram para o aumento da cobertura dos serviços básicos municipais e da qualidade dos mesmos, comprovando a compatibilidade entre os investimentos realizados e os benefícios esperados;
- O subcomponente de esgoto em municípios de menos de 100.000 habitantes contribuiu para a redução da carga de poluentes lançados no meio ambiente; há expectativa de efeitos positivos de melhoria na qualidade da saúde de 102.000 habitantes, por meio de 22.530 novas ligações domiciliares de esgoto sanitário;
- Os investimentos do subcomponente esgoto pelo Paraná Urbano II catalisaram investimentos adicionais, nos mesmos municípios, em obras complementares e expansões de sistemas de esgoto sanitário na ordem de US 15,4 milhões com recursos dos municípios, da SANEPAR, da Caixa Econômica e do BNDES;
- Dificuldades no cumprimento da rigorosa legislação ambiental foram citadas como fator limitante a obras de saneamento em diversos municípios. Dado o nível das exigências,



muitas vezes o projeto se torna inviável ou sofre atrasos e elevação de custos em razão de estudos para o desenvolvimento e adoção de tecnologias apropriadas;

- No Subprograma de Investimento de Infra-estrutura Municipal destacam-se, as ações que estão sendo desenvolvidas de forma integrada e abrangente na urbanização e reforma da Vila Zumbi dos Palmares no município de Colombo, em particular, os elementos de desenho, a rapidez, qualidade e modalidade de execução, e os resultados alcançados em tempo relativamente curto, na melhoria de qualidade de vida das 1.797 famílias diretamente beneficiadas pelo Projeto;
- Entre as constatações das externalidades foram feitas observações sobre a contribuição do Programa no aumento da arrecadação tributária municipal. Uma análise constatou que de fato houve aumento da receita tributária nos municípios com menos que 20.000 habitantes durante os últimos quatro anos, representando 80% dos municípios do Estado. (Anexo EA 2D)

5.3 Da Sustentabilidade

- O compromisso da manutenção dos bens e serviços é uma das condições para a concessão de financiamento;
- O bom desempenho nas ações voltadas para a manutenção e sustentabilidade é do próprio interesse do município, especialmente pelas eventuais dificuldades na obtenção de novo financiamento e, também, cada vez mais, pela cobrança da população beneficiada;
- Nos seminários regionais foram feitas observações sobre a importância da continuação do treinamento da administração pública municipal e da sociedade civil, bem como a promoção de maior conscientização da população para uma participação mais efetiva.

6. Considerações Finais e Lições aprendidas

Os resultados do Paraná Urbano II constituem a lição principal do Programa. Nesse sentido destacam-se como fatores e lições positivas no sucesso do Programa: (i) o compromisso do Estado do Paraná com o Programa, (ii) o interesse e a demanda dos municípios e da própria população para melhorar a quantidade e qualidade de serviços municipais e a qualidade de vida, (iii) a consistência entre o desenho do Projeto e a estratégia adotada e as metas e objetivos planejados, (iv) a disciplina na execução respaldada pela experiência das equipes e procedimentos e regulamentos apropriados, (v) um eficiente sistema de acompanhamento e monitoramento de projetos, que permitiu um controle total das ações durante a execução do Programa, além de fornecer subsídios para racionalizar o processo de planejamento e dos investimentos.

A Diretoria de Operações do PARANACIDADE analisou o PCR preparado pelo Banco, está de acordo com seu conteúdo e com as classificações de desempenho e, pelo presente, manifesta a sua não-objeção para a publicação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento do PCR e dos anexos, na forma que o Banco considere apropriada.

Curitiba, 15 de Setembro de 2006

*Patrícia Bakaj
Especialista Setorial - BID*

*Myrian Kravchychyn
Diretora Operacional - PARANACIDADE*



ANEXOS, MEMORANDO DO SEMINÁRIO

Anexo EA 2A	Síntese dos Seminários Regionais – Questões de cunho geral Roteiro de Sistematização de Informações do Programa Aspectos Positivos e Negativos na Efetividade do Resultados do Seminário
Anexo EA 2B	Programação do Seminário
Anexo EA 2C	Lista dos Participantes do Seminário Principal
Anexo EA 2D	Aumento da Receita Tributário de Municípios com menos de 20.000 habitantes
Anexo EA 2E	Resumo e Custo do Projeto Vila Zumbi dos Palmares



Anexo EA 2A Sínteses dos Seminários Regionais – questões de cunho geral

Questionamentos	Cascavel	Curitiba	Guarapuava	Londrina	Maringá	Ponta Grossa
As áreas prioritárias foram contempladas?	Foram analisadas diferentes demandas e foram utilizados métodos de consulta. O PDM irá provocar comportamentos futuros no sentido de aprofundar métodos e definição das prioridades.	De forma geral o programa atendeu as áreas consideradas prioritárias: postos de saúde, creches e pavimentação. As obras implantadas melhoraram as condições de saúde e atendimento da população residente na área influência: como por exemplo, nas áreas contempladas pelas obras de pavimentação foram priorizadas em função do trânsito de ônibus. Com a diminuição sensível da poeira em suspensão houve a diminuição da incidência de doenças respiratórias como rinite alérgica.	Houve manifestação positiva quanto ao atendimento das prioridades. Os técnicos do Paracidade fornecem grande ajuda na definição das prioridades.	Os participantes concordaram que as prioridades foram atendidas.	Os participantes concordaram que as prioridades foram atendidas.	Os participantes concordaram que as prioridades foram atendidas.
A cobertura dos serviços básicos municipais aumentou?	Houve concordância quanto ao aumento dos serviços básicos municipais.	A partir de 2003 houve sensível aumento da cobertura de serviços e infra-estrutura relacionados à pavimentação, drenagem, calçamento de ruas, houve atendimento na área da saúde com postos de saúde, construção de creches e escolas.	Houve ampliação dos serviços básicos, no entanto a população cobra melhorias. Houve aumento da capacitação na área da saúde.	Houve melhora na cobertura dos serviços destacam-se as ações em infra-estrutura voltadas à iluminação pública, saneamento, drenagem, pavimentação melhoria no sistema de transporte. Destaca-se o papel das ações de pavimentação e de iluminação pública na diminuição da criminalidade	Houve aumento dos serviços básicos municipais	Ocorreu aumento das ações voltadas ao saneamento (ETE), acesso aos recursos através do financiamento Paraná Urbano II viabilizaram a execução das obras. A assistência técnica do Paracidade promoveu a evolução na capacitação das administrações municipais.



ANEXO EA 2A Sínteses dos Seminários Regionais – questões de cunho geral (continuação)

	Cascavel	Curitiba	Guarapuava	Londrina	Maringá	Ponta Grossa
A qualidade da prestação dos serviços básicos municipais melhorou?	Todos concordaram com as melhoras significativas e ressaltam a importância da colaboração da equipe do Paranaidade	Sim houve a melhora e com ajuda dos técnicos de Paranaidade com acompanhamento e fiscalização houve a ampliação da qualidade das obras. Ocorreu ampliação do atendimento de áreas de lazer, serviços de saúde, infra-estrutura em pavimentação, atendendo a uma parcela importante da população em geral.	Houve melhora da qualidade dos serviços, no entanto, é necessário avaliar cada município. É importante considerar a capacitação dos servidores municipais	A qualidade dos serviços básicos melhorou a partir do Programa ParanáUrbano.	A qualidade dos serviços está melhorando, destacando o papel das obras de pavimentação e drenagem provocando a diminuição da incidência de problemas respiratórios, motivados pela poeira em suspensão, foi dada também a solução dos pontos de alagamentos. Há também influência na localização de novos pontos comerciais, farmácias, padarias que foram atraídos por melhores condições de acesso da população e valorização comercial. Destaca-se também, o papel das ações voltadas à educação e o acesso à bibliotecas que promove a evolução no aprendizado e cultura em geral.	Houve concordância que a qualidade dos serviços básicos estão melhorando.
O sistema de financiamento a municípios atende as expectativas?	Pedem juros mais baixos para as obras e também financiamento para equipamento	Poderia haver melhoria no financiamento ampliando-se os anos de pagamento. O prazo da carência para pagamento de uma primeira obra para municípios mais pobres, impede o pleito de novas ações.	Para os municípios de baixa capacidade econômico-financeira e grande extensão territorial é sensível o quadro de possibilidades que se abre com o financiamento e formas de parcelamento. Os municípios gastam boa parte dos seus recursos na manutenção de estradas rurais. Existe a demanda por financiamento de máquinas para este tipo de serviço.	Existem municípios com baixa capacidade de endividamento porém com potencial de crescimento. Solicitações são feitas no sentido de revisão dos critérios. No caso o Senado Federal deve fazer tal revisão.	A capacidade de endividamento é um limitador e a burocracia cria obstáculos, no entanto, o papel do financiamento é fundamental para a viabilização das obras públicas principalmente para os municípios mais pobres. Os servidores públicos tomaram consciência do papel dos programas de financiamento.	Houve a concordância que o sistema de financiamento atendeu as expectativas dos municípios sendo fundamental para a viabilização de obras prioritárias.



ANEXO EA 2A Sínteses dos Seminários Regionais – questões de cunho geral (continuação)						
	Cascavel	Curitiba	Guarapuava	Londrina	Maringá	Ponta Grossa
Implementação de mecanismos de gestão e financiamento sustentável	<p>Na regional de Cascavel do Paranaidade foram analisadas as obras de pavimentação e drenagem que foram realizadas nos municípios de Cascavel e Toledo, comparando as ações manutenção e conservação das calçadas e da drenagem.</p> <p>Em Cascavel é sensível o baixo nível de envolvimento da população local na conservação das calçadas e disposição de resíduos provocando consequências negativas nas obras drenagem: erosão do solo nas calçadas que não foram gramadas provocam carreamento de sedimentos nos bueiros.</p> <p>Já Toledo a situação é totalmente oposta refletindo o esforço da administração e o nível cultural da população.</p> <p>Daí emerge a preocupação da necessidade da implementação de ações continuadas no bojo de um programa de comunicação social.</p>	<p>Nuances são discutidas em torno da questão da formação das diferentes classes sociais, tentando investigar as razões sobre o porquê da quebra de valores sociais que antes permeavam a conduta da população em relação à cidade.</p> <p>Surge atualmente a importância das associações e lideranças comunitárias em assumir o papel de difundir e agregar os valores residuais que ainda prevalecem na sociedade, mas que se manifestam um tanto bloqueadas pelo processo histórico político institucional pelo qual o Brasil atravessou.</p>	<p>A administração municipal não prevê os custos de manutenção das obras e serviços implantados. Por vezes os prefeitos transferem para a próxima administração os custos de manutenção de obras inauguradas. Existe uma forte influência política no processo de continuidade de obras e da manutenção de investimentos as vezes concorrendo para um grave processo de descontinuidade colocando em risco os investimentos já feitos.</p>	<p>Esta questão está muito vinculada ao comprometimento das pessoas que trabalham na administração municipal e do próprio prefeito. Outra importante medida é a implementação de um processo sistemático de conscientização da população, incluindo trabalho com as crianças nas escolas.</p>	<p>Com relação às obras de pavimentação a contribuição de melhoria daria retorno para aplicação em manutenção e aplicar em novas obras. As obras de pavimentação despertaram o interesse da população em manter e valorizar as próprias casas e as calçadas.</p> <p>A planta de valores permite a atualização do cadastro e avanço na arrecadação do IPTU permitindo o aumento da renda da PM. Porém, é importante um trabalho de conscientização da necessidade do pagamento. Algumas declarações demonstram que algumas ações carecem da formulação de programas e medidas efetivas para manutenção por parte da PM.</p>	<p>Não houve manifestação com relação a este tema.</p>



ANEXO EA 2A Sínteses dos Seminários Regionais – questões de cunho geral (continuação)

	Cascavel	Curitiba	Guarapuava	Londrina	Maringá	Ponta Grossa
Aperfeiçoamento no processo de priorização de investimentos municipais com a participação da sociedade civil (Planos Diretores)	Plano diretor parece ser muito importante para todos os participantes nos municípios onde ele já foi implantado. A sociedade civil promove discussões onde aparecem muitas idéias e sugestões importantes e interessantes.	Realmente o processo de construção participativa do PDM amplia a discussão e definição das prioridades por parte da sociedade civil do município. O Paraná Urbano II está financiando e acompanhando cerca de 100 PDM contratados e alguns já finalizados. Porém, existe uma grande dificuldade manifestada relacionada ao grau de participação e interesse da população em fazer parte desse processo. Por um lado, o aspecto histórico e cultural bloqueia e inibe a participação da população, de outro, os métodos utilizados para envolvimento da população nem sempre são, aparentemente, os mais corretos. Há a necessidade das equipes técnicas aprofundar a aproximação com a população alvo, seja através dos seus representantes, seja através de ida até junto da população utilizando o conjunto das estruturas culturais respeitadas e/ou construídas pela população, exemplo: igrejas, templos, festas, meios de comunicação, associações de bairros ou rurais etc. Deve-se ir até a população e não apenas esperar que ela compareça.	A elaboração do PDM com a participação da população permite que a administração municipal visualize problemas que antes não são identificados ou mesmo definir quais as prioridades da população. O PDM concluído e aprovadas todas as leis e instrumentos de planejamento permitem assegurar melhor a continuidade das ações quando acontece a troca da administração municipal.	O PDM permitiu que reivindicações da população fossem ouvidas pela PM. O zoneamento é um importante instrumento de planejamento que permite a destinação das áreas para uso residencial, industrial, perímetro urbano, orientando a ocupação do território evitando a ocupação caótica que provoca futuros ônus para o município.	No âmbito da elaboração dos PDM's estão sendo realizadas audiências públicas envolvendo inclusive a população rural. Alguns projetos têm tido aprovação de cerca de 90 a 95 % da população. Está se fixando a consciência de que as decisões estão sendo tomadas considerando a opinião e vontade pública, retirando a exclusividade das decisões tomadas apenas pela vontade dos Prefeitos.	A elaboração de PDM define diretrizes e instrumentos legais que foram definidos com a participação da sociedade civil permitindo a orientação do crescimento ordenado do município. Com a participação da população definindo propostas e idéias se cria a consciência da importância da participação e planejamento das prioridades dos municípios



Anexo EA 2A Roteiro de Sistematização de Informações do Programa			
	Plenamente (especificar)	Parcialmente (especifique)	Observações
A capacidade institucional dos municípios foi consolidada?	<p>Os sub-componentes de fortalecimento institucional dos municípios atenderam as metas estipuladas, conforme Ajuda Memória da missão de supervisão do Banco realizada de 28 a 30/06/07.</p> <p>Destaca-se a superação da meta estipulada para o sub-componente dos projetos pilotos para a participação da sociedade civil. A meta prevista eram 4 projetos, no entanto foram desenvolvidos e concluídos mais 9 projetos municipais de participação da sociedade civil.</p>	<p>Exceção feita quanto à conclusão dos produtos referentes à cartografia do Estado do Paraná e à elaboração dos planos diretores.</p>	<p>Já sob contrato falta ainda finalizar as atividades de cartografia: orto-cartas imagens para todo o Estado do Paraná na escala de 1:50.000, cujo término está previsto para 2007. Até o momento foram entregues 55 das 326 orto-cartas imagem contratadas. Deve-se imprimir esforços junto a empresa contratada para atender ao cronograma acordado.</p> <p>Os trabalhos de elaboração de Planos Diretores (PDM) e de Uso Ocupação de Solo (PDOUS) estão financiados sendo contemplados 100 PDM/PDOUS, sendo que estão concluídos 10 PDM e 24 PDOUS, em licitação 23 PDM e 9 PDOUS.</p>
As áreas prioritárias foram contempladas com as ações previstas?	<p>De forma geral o programa atendeu as áreas consideradas prioritárias relacionadas à infra-estrutura urbana e serviços sociais: saneamento, postos de saúde, creches, pavimentação, drenagem, calçamento, ginásios de esporte, parques, museus, cine-teatros etc. Destaque deve ser dado às obras de pavimentação e drenagem que contribuíram acentuadamente para a melhoria das condições de saúde e atenderam a população residente na área de maior fluxo de veículos que produziam grande quantidade de poeira em suspensão. Esta ação produziu a diminuição da incidência de doenças respiratórias na população diminuindo a demanda junto aos serviços públicos de saúde e promovendo a melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Além disso, as ações voltadas à cultura, lazer, educação promoveram importantes avanços no ambiente de convivência urbana, ampliação do acesso pela população ao lazer, cultura. Destacam-se os investimentos no parque cultural do Estado do Paraná, no Museu Oscar Niemayer, Museu Paranaense, na Televisão Educativa que com os investimentos permite atingir cerca de 26 milhões de pessoas em toda a América Latina, e estar já preparada para incorporar a tecnologia da televisão digital.</p>		



ANEXO EA 2A Roteiro de Sistematização de Informações do Programa (continuação)			
Desempenho do Programa	Plenamente (especificar)	Parcialmente (especifique)	Observações
Metas estabelecidas foram alcançadas?	As metas foram atendidas conforme relatório semestral de progresso 01/jan a 30/06 de 2006, capítulo II – Resultados obtidos por categoria de acordo com Marco Lógico.		Destacam-se as metas ainda em andamento relacionadas as seguintes ações: Elaboração de Orcamentos-imagem do Estado, Projetos de Melhoria e Desfavelamento de Bairros definidos com Sub-normais: Vila Zumbi dos Palmares no município de Colombo.
A cobertura dos serviços básicos municipais aumentou?	A partir de 2003 houve sensível aumento da cobertura de serviços e infra-estrutura relacionados à pavimentação, drenagem, calçamento de ruas, houve atendimento na área da saúde com postos de saúde, construção de creches e escolas. Houve ampliação dos serviços básicos, no entanto a população cobra melhorias. Houve melhora na cobertura dos serviços. Destacam-se as ações e infra-estruturas voltadas a iluminação pública, saneamento, drenagem, pavimentação melhoria no sistema de transporte. Destaca-se o papel das ações de pavimentação e de iluminação pública na diminuição da criminalidade. Ocorreu aumento das ações voltadas ao saneamento (ETE), acesso aos recursos através do financiamento Paraná Urbano II, sem o que não seria possível a viabilização das obras. A assistência técnica do PARANACIDADE promoveu a evolução das administrações e permitiu a viabilização dos projetos.		
A qualidade da prestação dos serviços básicos municipais melhorou?	Sim houve a melhora e com ajuda dos técnicos de PARANACIDADE com acompanhamento e fiscalização houve a ampliação da qualidade das obras. Ocorreu ampliação do atendimento de áreas de lazer, cultura e serviços de saúde, infra-estrutura em pavimentação, atendendo a uma parcela importante da população em geral. Houve melhora da qualidade dos serviços, no entanto, é necessário avaliar cada município. É importante considerar a capacitação dos servidores municipais. A qualidade dos serviços está melhorando, destacando o papel das obras de pavimentação e drenagem provocando a diminuição da incidência de problemas respiratórios, motivados pela poeira em suspensão, foi dada também a solução dos pontos de alagamentos. Há também influência sob o setor terciário com a localização de novos pontos comerciais que foram atraídos por melhores condições de acesso da população, valorização comercial. Destaca-se também o papel das ações voltadas à educação e o acesso à literatura, com a criação das bibliotecas em edifícios emblemáticos.		



Anexo EA 2A Com base na sua experiência na execução do PARANA URBANO II expresse aspectos positivos e negativos e fatores limitantes na efetividade dos princípios do Programa e sugira como pode ser melhorado o desempenho			
Princípios	Aspectos Positivos	Fatores Limitantes	Sugestões para melhorias
O sistema de financiamento a municípios atende as expectativas?	O papel do financiamento é fundamental para a viabilização das obras públicas principalmente para os municípios mais pobres. Para os municípios de baixa capacidade econômico-financeira e de grande extensão territorial é sensível o quadro de possibilidades que se abre com o financiamento e formas de parcelamento. Os municípios gastam boa parte dos seus recursos na manutenção de estradas rurais. Os servidores públicos tomaram consciência do papel dos programas de financiamento.	A capacidade de endividamento dos municípios e o excesso de burocracia são manifestados pelos municípios como fatores de limitação no processo de pedido de financiamento. Há solicitação de juros mais baixos para as obras e também financiamento para equipamentos. Existe a demanda por financiamento de máquinas para manutenção de estradas municipais	Existem municípios com baixa capacidade de endividamento, porém com potencial de crescimento. Solicitações são feitas no sentido de revisão dos critérios. Os municípios solicitam a melhoria no financiamento ampliando-se os anos de pagamento. O prazo da carência para pagamento de uma primeira obra para municípios mais pobres, impede o pleito de novas ações.
Consolidação da capacidade institucional dos municípios e associações (Fortalecimento Institucional)	Houve importantes esforços promovidos pelos componentes de fortalecimento institucional dos municípios e do PARANACIDADE promovido pelo Paraná Urbano II.	No entanto, os fatores limitantes podem ser destacados com o objetivo de realçar os pontos que merecem aperfeiçoamentos e referem-se ainda à necessidade de ampliação da capacitação de técnicos municipais, das associações de municipais e, além disso, destaca-se com fator importante, envolver no processo de capacitação os representantes e líderes comunitários da sociedade civil que têm o papel de aglutinar a população alvo para auxiliar no processo de priorização, inserção e manutenção dos investimentos a serem aplicados nas diferentes componentes infra-estruturais e sociais. Durante os seminários realizados nos escritórios regionais do PARANACIDADE foram diagnosticadas necessidades de importantes ações sistemáticas para a promoção durante e após implantação das obras de um processo de comunicação social dos projetos a serem implantados envolvendo a população alvo no processo de manutenção e conservação das obras com o sentido de promover a sustentabilidade dos investimentos aplicados. A manutenção e conservação das ações implementadas foram em alguns projetos consideradas insatisfatórias.	No bojo de um Programa de Sustentabilidade deverá estar previsto a capacitação de líderes e associações comunitárias, a montagem de um programa de comunicação social, formas de envolvimento da comunidade. Nos convênios entre a SEDU e os Municípios, o município assume a manutenção e conservação das obras, não são repassadas cláusula de sanção previstas no contrato empréstimo entre o mutuário e o Banco.



Anexo EA 2A contd. Com base na sua experiência na execução do PARANA URBANO II expresse aspectos positivos e negativos e fatores limitantes na efetividade dos princípios do Programa e sugira como pode ser melhorado o desempenho.			
Princípios	Aspectos Positivos	Fatores Limitantes	Sugestões para melhorias
Implementação de mecanismos de gestão e financiamento sustentável.	Esforços de implementação de mecanismos sustentabilidade estão sendo realizados como cobrança da contribuição de melhoria nas obras de pavimentação, busca de parcerias com a iniciativa privada no caso do museu Mon (exposição são pagas por empresas do setor privado), no caso das escolas existe o envolvimento com a associação de pais e mestres, na Vila do Zumbi ocorre a modernização dos galpões de reciclagem de lixo com participação do Alphaville – condomínio de alto-luxo vizinho ao empreendimento.	Para que se possa atingir a plena implementação de mecanismos de gestão e financiamento sustentável deve se considerar o perfil sócio-cultural da população atingida e nesse sentido, existem fatores limitantes que devem ser suplantados por esforços de capacitação de lideranças e programas de comunicação social.	Definição de um Plano de Sustentabilidade envolvendo fatores, internos e externos ao órgão executor, relacionados com os recursos humanos, fatores institucionais e culturais, financeiros e orçamentários e de infra-estrutura física, assim como prever riscos com mudanças econômicas e políticas, condições ambientais e fenômenos naturais.
Aperfeiçoamento no processo de priorização de investimentos municipais com a participação da sociedade civil (Planos Diretores)	Realmente o processo de construção participativa do PDM amplia a discussão e definição das prioridades por parte da sociedade civil do município. O Paraná Urbano II financia e acompanha 100 PDM contratados e alguns já finalizados. Estes planos adotam metodologia que envolve a participação da sociedade civil no processo de decisão do planejamento do município. Além disso, foram implementados 13 projetos participativos da sociedade civil e mais 1 ainda em andamento. Dessas, 4 eram compromisso com o Banco. - Concluídos projetos piloto nos municípios de Lapa, Castro, Fazenda do Rio Grande e Cascavel. - Concluídos mais 9 projetos em: Boa Ventura de São Roque, Campina da Lagoa, Campo Largo, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Pitanga, São Mateus do Sul, Cambará, Pinhais. Além disso Londrina será ainda concluído em 2006	Porém, existe uma grande dificuldade manifestada relacionada ao grau de participação e interesse da população em fazer parte desse processo. Por um lado, o aspecto histórico e cultural bloqueia e inibe a participação da população, de outro, os métodos utilizados para envolvimento da população nem sempre são, aparentemente, os mais corretos. Há a necessidade das equipes técnicas aprofundarem a aproximação à população alvo, seja através do envolvimento de seus representantes, seja indo à população utilizando o conjunto dos emblemas culturais respeitados e construídos por ela, como exemplo: igrejas, templos, festas, meios de comunicação, associações de bairros, núcleos rurais. Deve-se ir até a população e não apenas esperar que ela compareça.	Como já salientado nos itens anteriores o processo de participação da sociedade civil ainda é muito tênue e existe a necessidade de maior capacitação dos agentes intervenientes e ampliação das formas captação de lideranças municipais. Um processo de sustentabilidade inicia-se com a concreta priorização dos projetos, implantação dos instrumentos legais e de planejamento municipal no âmbito da implantação dos PDM's e eleição e prática conselhos municipais. Nesse sentido, o Plano de Sustentabilidade deve também contemplar estes níveis de necessidades.



Anexo EA 2A contd. Com base na sua experiência na execução do PARANA URBANO II expresse aspectos positivos e negativos e fatores limitantes na efetividade dos princípios do Programa e sugira como pode ser melhorado o desempenho

Princípios	Aspectos Positivos	Fatores Limitantes	Sugestões para melhorias
Aumento da qualidade e cobertura dos serviços urbanos básicos e sociais	<p>A partir de 2003 houve sensível aumento e qualidade da cobertura de serviços e infraestrutura relacionados à pavimentação, drenagem, calçamento de ruas, houve atendimento na área da saúde com postos de saúde, construção de creches e escolas atendendo uma parcela importante da população e em especial as de menor renda. Os técnicos do PARANACIDADE ajudaram decisivamente com acompanhamento e fiscalização a qualidade das obras implementadas.</p> <p>A qualidade dos serviços está melhorando, destacando o papel das obras de pavimentação e drenagem provocando a diminuição da incidência de problemas respiratórios, motivados pela poeira em suspensão, foi dada também a solução nos pontos de alagamentos. Há também influência na localização de novos pontos comerciais que foram atraídos por melhoras condições de acesso da população, valorização comercial.</p> <p>Destaca-se também o papel das ações voltadas à educação e cultura que promove a evolução da formação intelectual e de aprendizado geral.</p>	Aumento da qualidade e cobertura dos serviços urbanos básicos e sociais	<p>A partir de 2003 houve sensível aumento e qualidade da cobertura de serviços e infraestrutura relacionados à pavimentação, drenagem, calçamento de ruas, houve atendimento na área da saúde com postos de saúde, construção de creches e escolas atendendo uma parcela importante da população e em especial as de menor renda. Os técnicos do PARANACIDADE ajudaram decisivamente com acompanhamento e fiscalização a qualidade das obras implementadas.</p> <p>A qualidade dos serviços está melhorando, destacando o papel das obras de pavimentação e drenagem provocando a diminuição da incidência de problemas respiratórios, motivados pela poeira em suspensão, foi dada também a solução nos pontos de alagamentos. Há também influência na localização de novos pontos comerciais que foram atraídos por melhoras condições de acesso da população, valorização comercial.</p> <p>Destaca-se também o papel das ações voltadas à educação e o acesso à leitura que promove a evolução no aprendizado e cultura em geral.</p>



ANEXO EA 2B

Avaliação do Programa Paraná Urbano II (PCR – Project Completion Report)

Programação – Dia 14 de Setembro de 2006

9:00 hs	Abertura Luiz Forte Neto Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Superintendente do PARANACIDADE
9:15 hs	Pronunciamento BID Jorge Luiz Lestani, Subrepresentante do BID Patrícia Bakaj, Especialista Setorial
9:35 hs	Apresentação Programa Paraná Urbano II Miryan Kravchychyn Coordenadora do Programa Paraná Urbano II
10:00 hs	Coffee Break
10:15 hs	Apresentação Projetos Municipais (12) Representantes dos Municípios Representantes dos Beneficiários Coordenadores dos Escritórios Regionais
14:00 hs	Apresentação Projetos SANEPAR Heitor Wallace Diretor de Investimento da SANEPAR Antônio Carlos Nery Coordenador dos Projetos de Saneamento Representantes dos Beneficiários
15:00 hs	Apresentação Projetos do Programa de Revitalização Cultural Vera Maria Haj Mussi Augusto Secretaria de Estado da Cultura Representantes da Administração e Representantes dos Beneficiários de cada um dos Projetos: TV Educativa, Museu Oscar Niemeyer, Museu Paranaense, Edifícios Emblemáticos, Cines Teatro
16:15 hs	Coffe Break
16:30 hs	Apresentação Projetos COHAPAR Rosângela Kosak Curra Presidente da COHAPAR Sérgio Maia Ricci Superintendente de Planejamento e Controle – COHAPAR Telesforo Liz de Oliveira Coordenador do projeto de melhoramento do Bairro Zumbi dos Palmares Representantes dos Beneficiários



Amostra dos Projetos

1. Projetos Municipais

Projeto	Município	Escritório Regional	SAM
Creche	Arapongas	Londrina	33-1
Terminal Rodoviário	Rio Bonito do Iguaçu	Guarapuava	11-1
Ginásio de Esportes	Toledo	Cascavel	37-1
Centro de Convivência de Idosos	Astorga	Maringá	19-1
Plano Diretor	Arapoti	Ponta Grossa	21-1
Pavimentação de Vias Urbanas	Fazenda Rio Grande	Curitiba	14-1

2. Programa de Revitalização Cultural

Projeto
Edifícios Emblemáticos (Estação Ferroviária de União da Vitória Cines Teatro (Cine Teatro Ópera de Ponta Grossa)

Participantes

Manha:

Entidade	nº de pessoas
BID	3
COHAPAR	4
Escritórios Regionais PARANACIDADE	19
Municípios	12
PARANACIDADE (Sede)	53
Programa de Revitalização Cultural (Cines teatro -2, TVE-2, MON-2, Edifícios Emblemáticos-2, Museu paranaense-2)	10
PBLM	4
SANEPAR	3
SEDU	3
SEEC	2
TOTAL	113

Tarde - 14: às 15:00 hs
SANEPAR / BID / Escritórios Regionais PARANACIDADE / PARANACIDADE (Sede)/SEDU /

PBLM

Tarde - 15:00 às 16:00 hs
Cultura / BID / Escritórios Regionais PARANACIDADE / PARANACIDADE (Sede) /

SEDU/PBLM

Tarde - 16:30 às 18:00 hs
COHAPAR / BID / Escritórios Regionais PARANACIDADE / PARANACIDADE (Sede) /

SEDU/PBLM



LISTA DE PRESENÇA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ URBANO II						14/09/2006
SEMINÁRIO						ASSINATURA
MUNICÍPIO	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL		
RIO BONITO DO KURUP	ELBIO OLATA	BENEFICIÁRIO RIO BONITO DO KURUP				
RIO BONITO DO KURUP	AMARILDO GOMES ABRONIA	PM. RIO B. IG.	42-3652-1122	AMARILDOGOMESABRONIA@HOT-MAIL.COM		
CASCABEL	HELIO SABINO DEITOS	PARANACIDADE	(45) 3223-2072	DEITOS@PARANACIDADE.ORG.BR		
FURUBA	GERARDO LUIZ FRANZ	PARANACIDADE	(41) 3350-3359	gerardo@paranacidade.org.br		
GUARAPUAVA	VILMAR JARA CEBULSKI	PARANACIDADE	(41) 3622-2347	CEBULSKI@PARANACIDADE.ORG.BR		
ARIMONAS	LUIS ROBERTO RUGLIERI	P. Municipal	(41) 3902-1000			
CRUZ ALTA	HEITOR VALLIN DE MELLO JR.	Sanepar	41-3330-3058	heitor@sanepar.com.br		
CURITIBA	ANTONIO CARLOS NEAY	SANEPAR	41-3330-3013	acneay@sanepar.com.br		
BID	Guillermo Fernandez T.	BID	51-3331-4236	Luizgff@lactb.org		
BID	PATRICIA BAKAJ	BID	61-3337-4258	patricia@lactb.org		
PRB	Jorge Luis Lestani	PRB	61-3337-4253	jorge.luis@lactb.org		
	Antônio A. Colada Jr.	Lacta Universidade	3350-3301			
CTBA	MIRYAN KRAVCHENKO	PARANACIDADE	3350-3309			



SEDU
PARANACIDADE

LISTA DE PRESENÇA

SEMINÁRIO						14/09/2006
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ URBANO II						
MUNICÍPIO	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA	
	JERÔNIMO P. C. MEIRA	PARANACIDADE	3333			
	VERA MARIA WENDLER	PARANACIDADE	3355			
	CARLOS ALBERTO SANTANA	PARANACIDADE	3304			
	ALEXANDRE S. SINAS	"	3335			
	Alkeia Kleber Reha	Formosa	32547244			
	SÔNIA REGINA KOOPMANS	PARANACIDADE	3304			
	Jose Dalva	"				
	Jose Garcia	"	320.3363			
	MARIA INÊS TERRECK	PARANACIDADE	3350.3343			
	Be'cia Cornitzke	Paranacidade	3350-3365			
	(Simone Constanção	PARANACIDADE	3350-3354			
	MARLY HONDA	PARANACIDADE	3350-3350			
	Carlos A. Costa	SEDUPARANACIDADE	3350-3356			
Marilândia	Jorge Kauo Maeda	Paranacidade	(64) 3252.5255	maeda@paranacidade.org.br		



LISTA DE PRESENÇA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ URBANO II SEMINÁRIO					14/09/2006
MUNICÍPIO	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
PARANAGUÁ	Jose Luiz PEREIRA	U.A.M.M.A	39021320	@HOT. Com BR U.A.M.M.A-Assoc.MOMDONES	Jose Luiz Pereira
GRAPILÓPOLIS	Edson R. Lima	PREFEITURA	34021037	Alcides.dasilva@paranaguá.pr.gov.br	Edson R. Lima
LOURDES	Maria de Fátima M.T. Pires	SEDU PARANACIDADE	33004597	fatima@paranacidade.org.br	Maria de Fátima M.T. Pires
MIRASSOL	Alzair R. de Medeiros	SEDU/Paranacidade	32625255	alzair@paranacidade.org.br	Alzair R. de Medeiros
	WERNER A. MAYER	PB LAM	32528036	werner@lam.unb.br	Werner A. Mayer
PARANAGUÁ	Karen Barcelo Campes	SEDU/PRCDD	33503316	Karen@paranacidade.org.br	Karen Barcelo Campes
PARANAGUÁ	Wilson Rosendo Spach	PRCDD	33503305	Wilson@paranacidade.org.br	Wilson Rosendo Spach



SEDU
PARANACIDADE

LISTA DE PRESENÇA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ URBANO II						14/09/2006
SEMINÁRIO						
MUNICÍPIO	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA	
CURITIBA	Lucas L. CASARINE	Prociopole	3350-3352	casarinel@prociopole.org.br		
GUARAPUAVA	João Antonio B. Rousalho	Paraná 2006	36222342	joaoantonio@parana2006.org.br		
Ponta Grossa	Nelson Marcelo Naves	ER Paraná 2006	32236225	naves@erparana2006.org.br		
GUARAPUAVA	Adriano Pinheiro	ER Paraná 2006	36222342	adriano@erparana2006.org.br		
CARVALI	Foscario Moenini	ER Paraná 2006	3273 2091	moenini@erparana2006.org.br		
Camboí	Marcelo Kasten	Paraná 2006	3350 3345	marcelo@parana2006.org.br		
Paraná	David Israel Schubert	ER Paraná 2006	3223-2091	israel@parana2006.org.br		
Curitiba	Hardy Chatter	Paraná 2006	3350-3346	chatter@parana2006.org.br		
Curitiba	Afonso Celso M. Loyola	PARANACIDADE	3350-3346	afonso@paranacidade.org.br		
Curitiba	Everton Wernick	PARANACIDADE	3350 3348	everton@paranacidade.org.br		
CURITIBA	Rosane Schulka Scarotto	COPEL/Paraná 2006	3350 3379	rosane@paranacidade.org.br		
Alto	Bernardete Schulka Silva	PR 2006	3350 3376	bernardete@pr2006.org.br		
Três Lagoas	Luiz Miguel Gomes	PR 2006	3350 3376	luizmiguel@pr2006.org.br		



SEDU
PARANACIDADE

LISTA DE PRESENÇA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ URBANO II						14/09/2006
SEMINÁRIO						ASSINATURA
MUNICÍPIO	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL		
	SEXUO PEREIRA M.	PARANACIDADE	33503332			
	Regina Célia Robouato	SECD/PROEM	3340-8403	rebouato@pr.gov.br		
	Luciene Tajunato da Silva	"	3340-1572	lucenetajunato@pr.gov.br		
	Katya Aparecida Rust	SEE/CEPE	3340-747	Katya@pr.gov.br		
	Marlene Ap. Caminha da Araújo	SEED/CEPE	3340-1786	marlene@pr.gov.br		
	Luiz Antônio GOMES LOZINHA	PREFEITURA ARAPUÁ	35574388	FOCUS.TAGINHA@pr.gov.br		
	ARMIR B. RIBAS	SOC. CIVIL	3557-6874	ARMIR.B.RIBAS@GOL.COM.BR		
Paraná	ALEXANDRE S. DE S. AGUIAR	PARANACIDADE	(41)3262-5255	AGUIAR@PARANACIDADE.ORG.BR		
Londrina	Roberto Rungger Jr	11	43-3348-9597	rob@paranacidade.org.br		
Curitiba	Arturo R. Romagnoli	PARANACIDADE	43-3348-4997	romagnoli@paranacidade.org.br		
Londrina	Valter M. Oguido	Sedu - Paraná	43-9993.1516	Oguido@paranacidade.org.br		
Curitiba	VIRGINIA THEREZA NAJINI	PARANACIDADE	33503332	virginia@paranacidade.org.br		
Ponta Grossa	EDONED V. AREUDA F.	PARANACIDADE	(41)32236225	edoneda@paranacidade.org.br		



ANEXO EA 2D

AUMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIO EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20.000 HABITANTES

Nesta faixa populacional, a dependência de recursos oriundos das transferências obrigatórias, notadamente as do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) é significativa. Este percentual fica acima de 50%, e chega até 80 ou 90%, em alguns casos, da receita tributária na receita total. Como, por um lado, as transferências relativas ao FPM não vêm tendo um crescimento satisfatório, e, por outro, os municípios buscam fazer investimentos com recursos de empréstimo (Programa Paraná Urbano II), nota-se um aumento das receitas tributárias, em municípios desta faixa populacional (menos de 20.000 habitantes). Este aumento situa-se 10,8 pontos percentuais acima do crescimento da inflação do período 2002 - 2005, medida pelo crescimento dos índices médios anuais do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). Nesse período, é notável que o IGP-DI cresceu 42,4% enquanto a receita tributária destes municípios cresceu 57,9%. Note-se que o IGP-DI, para o período 2002-2005, teve um crescimento muito superior ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que foi de 31,5%. O crescimento da receita tributária total dos municípios (todas as faixas) ficou nos níveis do crescimento do IGP-DI. Os municípios que mais procuraram capacitação no âmbito do Paraná Urbano II estão na faixa de até 20.000 habitantes. Durante este período, os treinamentos na área de gestão tributária foram intensificados, visando, também, propiciar aos municípios sua adequação às exigibilidades da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, poder-se-ia concluir, pelo menos preliminarmente, que a necessidade de aumento de arrecadação, ditada pelas exigências da LRF, pelo desejo de poderem se tornar elegíveis aos financiamentos do Programa Paraná Urbano II, e pelos sucessivos treinamentos realizados nesta área, contribuíram para este aumento de receita.

AUMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIO EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20.000 HABITANTES

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	nº mun.	pop	RECEITA TRIBUTÁRIA 2002	RECEITA TRIBUTÁRIA 2005	crescimento - 2002/2005
Curitiba	1	1,587,315	497,430,878.75	650,990,002.46	30.9%
Londrina	1	447,065	82,419,349.44	128,613,902.56	56.0%
entre 100.000 e 400.000 habitantes	10	1,947,138	238,785,182.94	357,455,363.66	49.7%
entre 50.000 e 100.000 habitantes	18	1,365,170	111,985,147.49	161,241,983.58	44.0%
entre 20.000 e 50.000 habitantes	51	1,550,999	103,122,294.39	146,279,282.63	41.9%
até 20.000 habitantes	317	2,658,353	97,268,857.11	153,560,111.49	57.9%
Total geral	398	9,556,040	1,131,011,710.12	1,598,140,646.38	41.3%

índice econômico	2002	2003	2004	2005	crescimento 2002/2005
IGP - DI * (AGO/94=100)	232.149	285.074	311.876	330.481	42.4%
INPC * (DEZ/93=100)	1,928.50	2,255.53	2,396.95	2,535.05	31.5%
* - MÉDIA ANUAL					

FONTE: conjuntura econômica FGV volume 60



ANEXO EA 2E

Urbanização e Desenvolvimento Social da Área da Vila Zumbi dos Palmares e Custos de Investimento dos Subprojetos

O empreendimento, que está sendo desenvolvido no âmbito do programa “Direito de Morar” da COHAPAR, conta com o apoio do Paraná Urbano II, do PARANACIDADE, da COPEL, SANEPAR, Ministério do Trabalho, Agência do Trabalhador, Instituto de Identificação do Paraná, Prefeitura Municipal de Colombo, e ONGs e voluntários. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- A regularização fundiária de toda área e a transferência de propriedade aos atuais ocupantes;
- A urbanização completa, inclusive a construção de diques, comportas e estação de bombeamento para eliminar riscos de enchentes;
- A construção de 281 unidades habitacionais para o reassentamento de famílias e melhorias em 400 moradias;
- Ligações domésticas de água potável, esgoto sanitário e energia elétrica para todas as residências novas e as existentes;
- Aproveitamento da população local como mão-de-obra nas diversas obras, cerca de 80%, inclusive com a capacitação de pedreiros, serventes, encanadores, carpinteiros, operadores de máquinas e outras profissões da construção civil;
- A implantação de equipamentos coletivos: um centro comunitário, um barracão para a Cooperativa de Reciclagem, e duas creches.
- A gestão, junto às centenas de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do Município de Colombo, no sentido que cada empresa considerasse a contratação de duas pessoas da Vila Zumbi num programa de um ano de aprendizagem e preparação para emprego permanente ou a capacitação para outras oportunidades no mercado de trabalho.
- O custo total de aproximadamente US\$ 5.100 por família beneficiada pode ser considerado modesto comparado com os ganhos de cidadania, dignidade, e qualidade de vida dos moradores beneficiados. Este custo inclui a construção de habitações e o melhoramento de moradias e exclui os custos dos terrenos (área pública invadida).

(Valores em R\$ 1,00)


SUBPROJETO	QUANT.	UNID.	INVESTIMENTO
Regularização fundiária	433.685,5	m ²	3.104.644,25
Urbanização e recuperação ambiental			9.603.508,70
Sistema de drenagem de águas pluviais			4.647.494,28
Pavimentação e paisagismo das vias públicas	83.672	m ²	3.470.017,10
Rede coletora de esgoto	19.818	m	1.202.431,10
Recuperação ambiental da área degradada	35.068	m ²	283.566,22
Habitação			6.347.194,00
Melhoria das instalações de 400 moradias na área consolidada	-	-	2.561.000,00
Construção de 281 sobrados	40	m ²	3.786.194,00
Equipamento Comunitário			1.045.421,30
Construção de 2 creches		m ²	858.897,34
Construção de 1 centro comunitário	117	m ²	36.523,96
Construção de 1 barracão	600	m ²	150.000,00
Programa			142.500,00
Comunicação Social	1.797	família	47.500,00
Relocação e reassentamento	281	família	95.000,00
Desenvolvimento Comunitário Apoio à Rede Assistencial	1.797	família	-
Desenvolvimento Comunitário Canteiro-escola	200	pessoa	-
Desenvolvimento Comunitário Apoio à Cooperativa de Reciclagem de Material	200	família	-
Desenvolvimento Comunitário Educação Ambiental	1.797	família	-
Total			20.243.268,25



ANEXO III

Documento de Resumo das Avaliações do Mutuário/Executor:

Observação: Essa avaliação será incorporada na versão final do PCR sem alteração e deverá ser apresentada ao Banco antes do Seminário de Encerramento.

		Banco Interamericano de Desenvolvimento Relatório de Término de Projeto – PCR 2006 Avaliação do Mutuário	
Número do Projeto:		BR 0374	
Agência(s) Executora(s):		Serviço Social Autônomo PARANACIDADE	
Mutuário:		Estado do Paraná	
Data de Aprovação do Projeto:	5 de Junho de 2002	Data de Efetivo contrato:	30 de Agosto de 2002
Data de Avaliação do Mutuário:	1º de Setembro de 2006	Data da Reunião de Encerramento:	14 e 15 de Setembro 2006
Classificação de Desempenho do Mutuário no Projeto			
Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:			
<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)			
Implementação do Projeto:			
<input checked="" type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)			
Resultado de Sustentabilidade do Projeto:			
<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)			
Comentários:			
(i) Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento (OD)			
Considera-se que os Objetivos de Desenvolvimento do Programa foram alcançados. Enumeram-se a seguir evidências do alcance desses objetivos.			
a. para o aperfeiçoamento do modelo de financiamento municipal			
▪ foram criados mecanismos para a preservação dos recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, como o Decreto n° 4470 de 14/03/2005			
▪ foi construído o Índice de Oferta dos Serviços Públicos (IOSP) importante instrumento de planejamento municipal e estadual			
A prova de que os municípios saíram fortalecidos do Programa é o fato de que vários municípios do Estado, além da capital, estarem solicitando financiamentos diretamente ao BID e que pelo menos 6 (Araucária, Colombo, Maringá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Toledo) já obtiveram a devida prioridade junto ao COFLEX.			
▪			
b. para a consolidação da capacidade institucional dos municípios e suas associações			
• foram capacitados 4.097 funcionários municipais nas diversas áreas relacionadas com os objetivos do Programa			
• foram financiados 100 Planos Diretores Municipais e de Uso e Ocupação do Solo – que estabeleceram mecanismos para ordenamento do espaço territorial e asseguraram a participação da sociedade civil na determinação das prioridades de investimento municipais			
• foram elaborados 10 Planos de Desenvolvimento Regional, que definiram para as diferentes regiões do Estado o cenário atual, cenário tendencial, cenário desejável e cenário de desenvolvimento estratégico e que se constituem em fonte de consulta para novos projetos e potenciais investidores			



- encontra-se em andamento a elaboração orto-cartas, mapa de uso e ocupação do solo e outros. Concluídas e entregues 78 imagens brutas; 292 modelos digitais do terreno (MDTs); 157 Relatórios de pontos de Carta: 76 Relatórios de Pontos de Campo; 224 Ortocartas- Imagem preliminares; 55 Ortocartas –Finais; 75 Ortocartas-Imagem de uso de solo preliminares. Conclusão do trabalho previsto para 2007;
- convênio firmado com a Associação de Municípios do Paraná (FEMUPAR) com a finalidade de auxiliar na promoção do fortalecimento institucional das Associações de Municípios e apoiar a execução d Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional e do Programa Paraná Urbano
- c. para a implantação de mecanismos sustentáveis de gestão e financiamento para os setores de bens culturais**
As metas alcançadas para esse componente foram renegociadas, por meio de ajustes contratuais:
 - foi constituída a Sociedade dos Amigos do MON (Museu Oscar Niemeyer), que se encontra em pleno funcionamento desde dezembro de 2003
 - foram reabilitados 15 cine-teatros
 - foi confeccionados documento de apoio aos municípios para que desenvolvam programas integrados de preservação sustentável de áreas patrimoniais urbanas
 - foi implementado projeto de expansão, adequação e equipamento do edifício Canal da Música para receber a Rádio e Tv Educativa do Estado
 - foi adequado e equipado o Palácio São Francisco, que anteriormente abrigava a RTVE, para abrigar o Museu Paranaense, anteriormente disperso em seis sedes
- d. para o aperfeiçoamento do processo de determinação de prioridade de investimentos municipais com participação da sociedade civil**
 - além de 4 projetos piloto para a participação da sociedade civil (Castro, Lapa, Fazenda Rio Grande e Cascavel), foram concluídos projetos em 10 outros municípios (Boa Ventura de São Roque, Campina da Lagoa, Campo Largo, Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Pitanga, São Mateus do Sul, Cambará, Pinhais, e Londrina)
 - outro fator que aumentou a participação da sociedade civil na determinação das prioridades de investimentos municipais foi a exigência de Planos Diretores/Planos de Uso e Ocupação do Solo a todos os municípios do Estado. Durante a elaboração desses planos são realizadas audiências públicas, ocasião que promove a participação da sociedade civil na determinação das prioridades municipais
- e. para o aumento da qualidade e cobertura dos serviços sociais e serviços municipais básicos**
 - implementação de 1.331 projetos/ações de investimentos em desenvolvimento urbano nos municípios do Estado
 - implantação de 33 projetos de implantação ou ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e de 5 sistemas de esgoto para redução de passivo ambiental em cidades com menos de 100.000 habitantes
 - execução de projeto-piloto em bairros sub-normais, Vila Zumbi dos Palmares, beneficiando diretamente 6.649 pessoas, por meio de ações de construção de moradias, obras de drenagem, regularização fundiária e outras.

(ii) Progresso na Implementação (Produtos)

O Progresso na Implantação do Programa é medido pelos produtos que foram gerados. O Programa superou as metas estabelecidas em vários componentes.

Na demonstração do alcance dos objetivos de desenvolvimento, alínea (i) destes comentários, são apresentados alguns produtos do Programa. Adicionalmente a esses produtos, já apresentados, foram realizadas ações para o fortalecimento do PARANACIDADE.

- certificação do PARANACIDADE como gestor de recursos de terceiros emitido pela Standard's & Poor em dezembro de 2002
- estabelecimento de sistema de “ranking” municipal
- concluído modelo para estimar o potencial fiscal, para gerenciamento do resultado primário e análise da capacidade de endividamento dos municípios
- automação dos demonstrativos financeiros
- automação do Plano de Contas
- treinamento e capacitação de 198 funcionários do PARANACIDADE em 66 cursos

(iii) Sustentabilidade

Visando à preservação dos recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, foram criados mecanismos como o Decreto n.º 4470 de 14/03/2005, que assegura que todos os recursos aportados na Agência de Fomento do Paraná S/A, através da integralização de capital com recursos do FDU, bem como os retornos dos empréstimos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e os resultados auferidos em aplicações financeiras, deduzidas as despesas pactuadas em ato conjunto, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos para projetos de desenvolvimento urbano, de acordo com o estabelecido no Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná.



Ainda, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano passou a integrar o Conselho de Administração da AFP. Quanto à sustentabilidade dos benefícios iniciados pelos projetos para a população, salienta-se que depende não apenas da manutenção da infra-estrutura e da permanência das demais melhorias alcançadas e dos serviços, mas também, em muitos casos, de investimentos adicionais, nem sempre ao alcance do poder público municipal e de diferenças entre os municípios no nível e conscientização da população para atuar no processo de conservação.

Dentre os principais fatores que interferem positivamente no sucesso de plano de sustentabilidade dos projetos do Programa está a participação da comunidade/beneficiários na gestão das ações de manutenção e conservação.

O marco político e regulatório foi fundamental para institucionalizar o processo de planejamento municipal, com a obrigatoriedade de realização do Plano Diretor para todos os municípios do Estado. Inicialmente através do Decreto Estadual 2.581/2004 e depois pela Lei 15.229/2006. Deve-se destacar que este processo exige a participação da sociedade civil na tomada de decisão das ações municipais possibilita o incremento das decisões conciliadas incluindo uma maior certeza da inclusão de medidas de sustentabilidade dos projetos. A elaboração dos Planos Diretores prevê a incorporação dos investimentos priorizados no PPA, LOA e orçamentos anuais.

Acredita-se que esse processo contribui sobremaneira para mitigar os efeitos da denominada descontinuidade administrativa associada às mudanças de gestão municipais. Paralelamente cumpre reforçar o fortalecimento institucional dos municipais através do reforço do acesso a instrumentos de gestão tributária e fiscal e de gestão sustentável do território municipal e, principalmente, a capacitação de profissionais de carreira, diminuindo a incidência de cargos comissionados substituídos a cada troca de mandato.

Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto:

[X] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O PARANACIDADE, como órgão executor, contou, em larga medida, com a experiência do seu quadro de pessoal técnico na preparação e implementação do Programa Paraná Urbano I. Em suas atividades de apoio ao financiamento de obras de infra-estrutura básica e social dos municípios do Paraná, o PARANACIDADE pôde aprofundar o processo de análise dos projetos municipais. Sua equipe técnica participou ativamente na preparação do Programa Paraná Urbano II (PPU II) desde a: i) concepção, ii) definição de critérios de análise de projetos, com base em uma amostra representativa do perfil do novo Programa, iii) definição de procedimentos licitatórios e de contratação, iv) definição de procedimentos de acompanhamento do processo de implementação dos projetos e de seu monitoramento, e, v) definição dos procedimentos para a efetuação do desembolso do empréstimo e de sua prestação de contas. Nesta nova fase, o PARANACIDADE pouco se obrigou a contar com o apoio de consultorias especializadas externas, em complementação ao seu know-how na elaboração deste tipo de programa. Sua experiência anterior permitiu, inclusive, que a preparação do Programa tivesse transcorrido em período de tempo relativamente curto (6 meses).

O PPU II, por incorporar novos componentes que exigiam a interface com vários outros órgãos setoriais das áreas da cultura, requereu que o PARANACIDADE passasse a atuar como orientador no processo de elaboração e implementação de projetos junto a esses órgãos. Visando garantir a sustentabilidade dos referidos projetos, ênfase especial foi dada aos aspectos institucionais e financeiros. Desta discussão resultou o aprofundamento das discussões em torno da definição de: i) uma nova política de cultura para o Estado; ii) novos arranjos institucionais, que possibilitassem a melhoria das condições da gestão pública, e iii) planos de negócios, que equacionassem os recursos necessários à viabilização financeira dos referidos projetos.

Na etapa de preparação do Programa, o PARANACIDADE reforçou e estabeleceu novas parcerias com os municípios paranaenses e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e com diversos órgãos setoriais como apontado anteriormente. Isto se apresentou como um importante fator positivo no processo de concepção e elaboração dos projetos que integram o Programa.

Frente ao novo cenário imposto pela LRF, o PARANACIDADE em muito contribuiu para a continuidade do sistema de financiamento aos municípios pelas negociações havidas junto ao Ministério do Planejamento, tornando possível aos municípios a contratação de recursos de empréstimo junto à Agência de Fomento do Paraná S/A. Na preparação do Programa, houve um aprofundamento das discussões internas em torno das condições de empréstimo aos municípios, resultando na identificação da necessidade de maior monitoramento da situação financeira dos mesmos e da capacidade do PARANACIDADE em gerenciar um sistema de financiamento aos municípios.



Por último, cabe ressaltar o início do processo de monitoramento da capacidade de oferta de serviços públicos por parte dos municípios. Com isto se aprofundou uma outra vertente na capacidade técnica do PARANACIDADE em acompanhar a aptidão das administrações locais em prover os serviços básicos à população.

Desempenho do Mutuário durante a Execução

Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto:

[**X**] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários (Desempenho do Mutuário durante a Execução)

O Programa Paraná Urbano II constitui-se na terceira operação de crédito com organismos multilaterais destinadas a apoiar técnica e financeiramente os municípios. Gradualmente, os instrumentos utilizados foram sendo ampliados e melhorados. Neste contexto, um dos principais efeitos desta etapa é o apoio dado aos municípios na adequação aos procedimentos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no Estatuto da Cidade. De fato, principalmente para os municípios pequenos o apoio do PARANACIDADE, orientando os municípios para se prepararem e atenderem os requisitos legais dentro dos prazos estipulados, é inestimável.

Como avanços do Programa destacam-se:

a) QUANTIFICAÇÃO DA OFERTA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (IOSP)

O Índice de Oferta de Serviços Públicos (IOSP), construído a partir dos Indicadores de Carência Relativa (ICR) nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura urbana, se constitui em importante instrumento de planejamento. Como sub-produto da determinação do IOSP, obteve-se, pela primeira vez, o dimensionamento da malha viária urbana do Estado.

Aliado ao IOSP, o Índice de Esforço Fiscal (ICR), complementado pelo diagnóstico fiscal e financeiro dos municípios do Estado, todos produtos do Programa Paraná Urbano II, se constituem em informações relevantes ao processo de planejamento municipal e Estadual, subsidiando a determinação de prioridades para investimentos e gastos correntes, bem como o estabelecimento de medidas para aumento da arrecadação própria dos municípios.

b) SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Durante a execução do programa, instituiu-se a obrigatoriedade do Plano Diretor a todos os municípios do Estado, primeiramente pelo Decreto Estadual 2.581/2004 e após pela Lei 15.229/2006.

Os planos diretores, a serem elaborados de acordo com as disposições do Estatuto da Cidade, devem conter, no mínimo, o reconhecimento e o diagnóstico referentes à realidade do Município nas dimensões ambientais, sócio-econômicas, sócio-espaciais, de infra-estrutura, de serviços públicos e institucionais; a legislação básica municipal; o plano de ação e de investimentos, compatibilizados com as prioridades do Plano Diretor e com a capacidade de investimento do Município; o sistema de acompanhamento e controle da implementação do Plano Diretor Municipal com a utilização de indicadores.

Dentre os critérios de elegibilidade dos projetos está a necessidade de o investimento estar em consonância com o estabelecido no Plano Diretor.

Este foi um passo decisivo para assegurar a participação da sociedade civil na tomada de decisão quanto aos investimentos a serem feitos no município.

c) AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIEDADE CIVIL NA DETERMINAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTOS DOS MUNICÍPIOS

Anteriormente, a participação da sociedade civil na determinação dos projetos prioritários dos municípios se dava por meio de seus representantes no poder legislativo municipal (câmaras de vereadores), ao aprovar as Leis do Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias – LDO e Orçamento Anual – LOA, bem como as leis autorizatórias para contratação da operação de crédito.

Com a realização das audiências públicas durante a elaboração dos planos diretores, como regra geral, e também audiências públicas prévias à realização de obras de significativo impacto para a população, a sociedade civil passa a participar da definição do plano de ação e de investimentos e a cobrar melhorias na qualidade da administração e dos serviços municipais.



Nesse sentido, os avanços em termos de participação da sociedade civil na tomada de decisão são imensos. O fato de os investimentos a serem financiados pelos municípios estarem elencados no Plano Diretor garante, primeiramente, a continuidade, sem interrupções, das obras financiadas naqueles municípios que estão passando por uma transição do executivo municipal, e acima de tudo, por serem obras lastreadas no apoio e decisão da sociedade civil, as condições de operação e manutenção do bem público também serão objeto de contínua observação, utilização e reivindicações dos municípios.

Ainda, o Programa executou projetos piloto para a participação da sociedade civil na tomada de decisão dos investimentos em 14 municípios.

d) PLANOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Foram desenvolvidos planos de desenvolvimento regional, que permitem conhecer o cenário atual, tendencial, de desenvolvimento estratégico de 10 regiões do Estado e que se constituem em fonte de consulta para novos projetos e para potenciais investidores.

e) CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE PRESERVAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (FDU)

Foram criados mecanismos para a preservação dos recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, como o Decreto n.º 4470 de 14/03/2005, que assegura que todos os recursos aportados na Agência de Fomento do Paraná S/A, através da integralização de capital com recursos do FDU, bem como os retornos dos empréstimos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e os resultados auferidos em aplicações financeiras, deduzidas as despesas pactuadas em ato conjunto, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos para projetos de desenvolvimento urbano, de acordo com o estabelecido no Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná. Ainda, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano passou a integrar o Conselho de Administração da AFP.

f) APARELHAMENTO DAS OBRAS DO CIRCUITO CULTURAL COM EQUIPAMENTOS DIGITAIS DE ÚLTIMA GERAÇÃO

Embora não previsto inicialmente, as obras integrantes do circuito cultural receberam equipamentos digitais de projeção, de última geração, que poderão funcionar de maneira integrada, com programações simultâneas, coordenadas pelo Núcleo de Gestão do Circuito Cultural, inclusive todos os cine-teatros e o Museu Oscar Niemeyer. Tais aquisições,

aliadas a existência de rede de fibra ótica, materializam a idéia de circuito, inicialmente pensada para o Programa. Isto só foi possível porque o Governo do Estado, através de políticas de inclusão digital, estendeu a rede de fibra ótica, e hoje, todos os municípios integrantes do circuito cultural já a possuem.

g) REESTUDO DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS PROJETOS

Os critérios de elegibilidade dos projetos foram revistos e adaptados em seus aspectos: institucional, legal, técnico, ambiental, econômico e financeiro, de acordo com as diferentes fases dos investimentos (projeto, execução e monitoramento).

h) MUDANÇA DA ROTINA OPERACIONAL PARA APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

De acordo com a interpretação das normativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e do Banco Central, para o endividamento dos municípios, houve a necessidade de o PARANACIDADE efetuar o depósito de recursos para serem capitalizados na Agência de Fomento, previamente ao envio da proposta firme de financiamento do município, à STN.

Após o envio dos recursos para serem capitalizados, e a realização da Assembléia para capitalização, a Agência de Fomento envia ao Banco Central ofício pedindo destaque daquele capital, para aplicação no setor público. A resposta do Banco Central a este ofício demora, em média, um mês e meio a dois meses. Só após a resposta positiva ao pedido de destaque é que as propostas firmes de financiamento dos municípios, lastreadas no referido destaque, poderiam ser enviadas. A Secretaria do Tesouro Nacional, por sua vez, leva, em média dois meses, dependendo das complementações de documentação que o município deva fazer, para dar resposta positiva à proposta firme de financiamento do município.

Assim sendo, os recursos ficam, a partir do envio pelo PARANACIDADE, em média 4 meses na Agência de Fomento, aguardando resposta positiva da STN.

Desta forma, visando agilizar os procedimentos, o PARANACIDADE exige que o município já tenha o projeto concluído e analisado pelo PARANACIDADE, antes do envio do pleito à STN.

Este procedimento possibilita que, na semana seguinte à da aprovação do pleito, o município receba do PARANACIDADE o edital de licitação, pronto para publicação.

Uma vez licitado, o processo vem ao PARANACIDADE e é analisado. Se aprovada a licitação é emitido, pelo nosso sistema de acompanhamento e monitoramento (SAM) um pedido para formalizar contrato de empréstimo à Agência de

Fomento. Após a emissão do contrato de empréstimo pela Agência, o PARANACIDADE, emite através do SAM autorização para que o município homologue a licitação e firme contrato com o fornecedor do bem, obra, ou serviço.

Portanto, como as medições de obras, ocorrem, de maneira geral, uma vez por mês, dentro de um mês após a assinatura do contrato com o fornecedor, que é muito próxima da data da assinatura do contrato de empréstimo, o 1º desembolso ocorre, também, entre um a dois meses após a assinatura do contrato de empréstimo. Como as amortizações ao contrato de



empréstimo com o município iniciam um ano após o 1º pagamento pela Agência, não há atrasos para que ocorra a 1ª amortização. Desta forma, não há a descaracterização do contrato do empréstimo, tendo o município, o prazo necessário, previsto em contrato para a amortização, evitando-se problemas financeiros aos municípios, quando das amortizações, que ocorreriam caso o 1º desembolso acontecesse, por exemplo, um ano após a assinatura do contrato.

i) APRIMORAMENTO DOS PROJETOS PADRÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Levando-se em consideração as solicitações municipais para que os projetos padrão fossem alterados, optou-se por desenvolver novos projetos para barracões industriais, ginásios de esporte, creches, postos de saúde entre outros.

Para estabelecer os critérios de reformulação dos projetos padrão levou-se em conta alguns aspectos levantados pelos municípios e usuários com relação aos antigos projetos, que dificultavam a manutenção dos bens, bem como as exigências dos diversos órgãos setoriais, notadamente no caso da saúde, e da legislação em vigor.

j) APRIMORAMENTO E CONCLUSÃO DO CICLO DE AUTOMAÇÃO NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE PROJETOS (SAM)

Todas as etapas dos projetos constantes do Programa Paraná urbano II estão hoje, refletidas no sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento de projetos (SAM).

Durante a execução do PPU II este sistema foi aprimorado, sofreu algumas modificações para adaptar-se à nova rotina operacional, incorporando a exigência dos planos Diretores, novos critérios de análise de projetos e outros, e também foram desenvolvidos e implantados os módulos de gestão financeira, a saber:

- Emissão de todos os demonstrativos financeiros exigidos pelo Banco, e auditados pelo Tribunal de Contas do Estado.
- Plano de Contas do Programa.

O sistema, portanto, detém todas as informações de projetos constantes do Programa, culminado com a emissão dos pedidos de reembolso ao Banco, e demonstrativos financeiros, possuindo, portanto, precisão contábil. Além disso, o sistema, como acompanha todas as etapas do projeto, é também dotado de integridade referencial, ou seja uma determinada etapa do projeto só avança no sistema, se a etapa que a precede foi devidamente cumprida. Ou seja, o sistema não libera a emissão de um pedido de contrato de financiamento para um determinado município, se as etapas precedentes, como a aprovação da proposta firme de financiamento pela STN, o atendimento aos critérios de elegibilidade e a aprovação do edital de licitação não estiverem cumpridas.

k) FORTALECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS e PREMIAÇÃO DAS MELHORES EXPERIÊNCIAS MUNICIPAIS

No Programa Paraná Urbano II, optou-se por fortalecer as associações sem repasse direto de recursos.

Constatou-se que os repasses proporcionais aos desembolsos, ocasionavam, de um lado, nas maiores associações, elevados superávits, e nas menores um déficit de tal ordem que não permitia nem mesmo o pagamento de um único técnico da Associação, com funções relacionadas ao Programa. Observou-se também, com exceção de pouquíssimas associações, que havia uma dependência perene dos recursos repassados pelo PARANACIDADE, sem que as Associações buscassem outra forma de arrecadação e sobrevivência.

Assim sendo, por meio de um convênio com a Federação dos Municípios do Paraná (FEMUPAR), efetuou-se a contratação de técnicos para as associações visando a descentralização e o suporte técnico aos municípios das respectivas regiões. Como forma de auxiliá-las no fortalecimento financeiro, sem repassar recursos, para todos os municípios integrantes do Programa, foi exigido, antes de se efetuar os pagamentos de ações a um determinado município, que o referido município estivesse em dia com suas mensalidades para a Associação.

Também como forma de fortalecimento, foi estabelecido, em conjunto com as associações uma premiação para as melhores práticas ou experiências municipais, através do prêmio Homero Oguido.

Os critérios de escolha dos municípios e experiências premiadas enfocaram principalmente os aspectos de geração de emprego e renda, inclusão social, redução do índice de analfabetismo e inovação, com ênfase na possibilidade de reprodução das experiências e seu alcance social, considerando-se o número de beneficiários.

Foi feita, também, através de parceria entre a Associação dos Municípios do Paraná e o PARANACIDADE, uma publicação relatando as principais experiências.

l) CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Buscando atender a uma enorme demanda, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e o PARANACIDADE organizaram uma série de eventos e treinamentos, envolvendo os próprios prefeitos, bem como os agentes públicos municipais.

Através de eventos denominados "Seminários para Líderes Públicos", realizados em diversas regiões do estado, a grande maioria dos prefeitos e Secretários Municipais estiveram presentes a palestras, com temáticas relacionadas aos diversos aspectos da gestão municipal, e contexto das políticas nacionais, bem como oficinas de trabalho relacionadas a estes temas. Além disso, milhares de agentes municipais foram capacitados, através de cursos de curta duração, em temas como gestão tributária, geoprocessamento, licitações, etc.



m) INCLUSÃO DO COMPONENTE DE MELHORAMENTO DE BAIRROS SUB-NORMAIS

Tendo em vista que muitas das atividades das categorias Administração e de Apoio à Execução foram desenvolvidas pelo pessoal interno do PARANACIDADE, foi possível um remanejamento, deslocando recursos das categorias meio (Administração e Apoio à Execução) para a categoria fim, de infra estrutura. Isto possibilitou a introdução de mais um componente, objetivando o estabelecimento de projeto piloto em uma das áreas em que mais necessárias se faz a introdução de políticas públicas: a de melhoramento de bairros sub-normais.

É sabido que tais ocupações populacionais, que na maioria das vezes ocorrem em áreas irregulares do ponto de vista legal e ambiental, ou são áreas de risco, quando totalmente excluídas dos projetos governamentais, tornam-se muitas vezes antros de criminalidade.

Visando combater tais problemas, já que existem, em Curitiba e Região Metropolitana, algumas concentrações populacionais nessas condições, optou-se por uma área para a qual os recursos disponíveis fossem suficientes para a implementação de um projeto integrado desta natureza.

A Vila Zumbi dos Palmares, no município de Colombo foi a escolhida, para um projeto contemplando: regularização fundiária; retirada das habitações situadas à margem do manancial, com relocação da população para novas habitações construídas mais a montante, na mesma Vila Zumbi; estabelecimento de um parque linear na margem do Rio, evitando novas ocupações; saneamento, macro e micro drenagem, pavimentação e urbanização, creches, centro comunitário, melhoria das habitações existentes e capacitação de mão de obra e beneficiando diretamente 6.649 pessoas.

Desempenho do Banco

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: qual o banco que facilitou o desenho do projeto, propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

[**X**] Muito Satisfatório (MS) [] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

Comentários:

O Banco proporcionou um nível de assessoramento e apoio ao Órgão Executor muito satisfatório. Considera-se oportuno destacar a capacidade, a agilidade de resposta aos requerimentos do Órgão Executor e a flexibilidade para responder a emergências e imprevistos durante a implementação do projeto.

Em se tratando de políticas do Banco, no entanto, sentiram-se dificuldades com relação à contratação de serviços de consultoria sem o estabelecimento de um valor teto para os procedimentos licitatórios, ao contrário do que estabelece a legislação estadual. Por essa razão, ocorreram licitações frustradas, uma vez que os valores propostos ultrapassaram o valor estimado ou situaram-se muito abaixo desse valor, fatores que impediram a aceitação de propostas, conforme previsto nos editais.

Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.



ANEXO IV
RESUMO DE PROJETOS FINANCIADOS

PROGRAMA PARANÁ URBANO II - Principais Ações por Regional do PARANACIDADE (valores em US\$)

	Curitiba			Londrina			Maringa			Cascavel			Guarapuava			Ponta Grossa		
	Ações	Valor	%	Ações	Valor	%	Ações	Valor	%	Ações	Valor	%	Ações	Valor	%	Ações	Valor	%
PAVIMENTAÇÃO	140	17,269	35.4%	103	14,860	52.8%	167	15,828	54.4%	150	22,820	50.6%	41	4,948	59.1%	54	6,133	39.5%
MUSEU DE ARTE DO PARANÁ MON	54	11,242	23.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%
ZUMBI - MELHOR. DE BAIRROS	3	3,956	8.1%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%
CANAL DA MÚSICA	24	2,582	5.3%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%
CINE-TEATROS	12	1,792	3.7%	13	2,079	7.4%	8	816	2.8%	2	237	0.5%	-	-	0.0%	15	1,623	10.4%
MERCADO	2	1,773	3.6%	1	302	1.1%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%
EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	23	1,392	2.9%	13	413	1.5%	14	724	2.5%	36	2,498	5.5%	15	1,233	14.7%	16	1,356	8.7%
CRECHE	15	1,213	2.5%	1	77	0.3%	3	66	0.2%	11	454	1.0%	-	-	0.0%	1	33	0.2%
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	-	-	0.0%	7	6,330	22.5%	13	4,916	16.9%	11	4,659	10.3%	1	107	1.3%	6	3,988	25.7%
INFRAESTRUTURA BÁSICA MUNICIPAL	1	43	0.1%	18	676	2.4%	5	72	0.2%	1	49	0.1%	-	-	0.0%	5	235	1.5%
PRAÇA	3	254	0.5%	5	596	2.1%	8	635	2.2%	12	882	2.0%	3	177	2.1%	10	240	1.5%
BARRAÇÃO INDUSTRIAL	-	-	0.0%	4	735	2.6%	29	1,335	4.6%	51	3,679	8.2%	7	298	3.6%	2	245	1.6%
URBANIZAÇÃO / CALÇADAS	3	286	0.6%	1	67	0.2%	21	893	3.1%	20	4,223	9.4%	5	361	4.3%	7	210	1.4%
GINÁSIO DE ESPORTES	1	176	0.4%	1	125	0.4%	1	115	0.4%	7	487	1.1%	4	374	4.5%	4	160	1.0%
TERMINAL RODOVIÁRIO	-	-	0.0%	-	-	0.0%	7	392	1.3%	3	272	0.6%	3	323	3.9%	1	195	1.3%
EDIFÍCIOS EMBLEMÁTICOS	4	250	0.5%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	-	-	0.0%	5	394	2.5%
OUTROS	93	6,593	13.5%	78	1,860	6.6%	138	3,299	11.3%	104	4,826	10.7%	21	551	6.6%	37	729	4.7%
TOTAL GERAL	378	48,822	100.0%	245	28,120	100.0%	414	29,092	100.0%	408	45,086	100.0%	100	8,372	100.0%	163	15,539	100.0%



ANEXO V

ANÁLISE DE CUSTO BENEFÍCIO DOS PROJETOS

As obras municipais, desde o Programa Paraná Urbano I, vêm sendo avaliadas em função de critérios de elegibilidade econômica dos projetos, calculados com base em uma amostra de projetos analisados. Na aprovação do Programa Paraná Urbano II foi prevista a revisão desses critérios. A revisão foi apresentada ao Banco em novembro de 2004. Portanto, os projetos do Programa Paraná Urbano II foram aprovados seguindo critérios de elegibilidade econômica estabelecidos com base nesta amostra representativa de projetos, os quais, a partir de novembro de 2004, foram revistos a partir da base de dados então disponível.

Os projetos culturais e de saneamento básico foram objeto de avaliação econômica tipo benefício-custo, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1 - Avaliação Econômica de Projetos (US\$ mil)						
Projeto	Município (1)	Benefícios (2)	Investimento (3)	Custos de OAM (4)	Benefício Líquido (5)	TIRE (%) (6)
Museu e Equipamentos Culturais						
Museu de Arte (MON)	Curitiba	7.882	4.349	2.833	700	14,3
Canal da Música	Curitiba	22.346	1.160	2.981	18.205	212,1
Cine-teatros	Vários	13.405	8.413	1.735	3.257	17,6
Sistema de esgoto						
Implantação de sistema sanitário	Nova Londrina	1.136	522	218	396	22,7
	Sta. Te. de Itaipu	1.257	671	275	311	18,8
	S. M. Iguaçu	817	525	174	118	15,4
	Itaipulândia	492	281	104	107	18,2
	Nova Aurora	534	381	122	31	13,3
Ampliação de sistema sanitário	Loanda	959	527	105	327	21,4
	Campo Mourão	1.001	415	105	481	29,0
	Toledo	783	855	81	(153)	22,6
	Palotina	852	475	76	301	20,9
	Goioerê	928	458	96	374	24,2
Eficiência de tratamento	Jacarezinho	2.138	901	205	1.032	28,9
	Adirá	954	496	88	370	23,2
	Floraí	280	200	26	54	16,3

Fonte: Proposta de Empréstimo - Programa Paraná Urbano II.



Para constatação da manutenção dos patamares de rentabilidade apresentados no Tabela 1 foi utilizada a análise de sensibilidade da TIRE elaborada à época de preparação do Programa, que calculou a variação percentual de incremento de custos necessária para que o projeto atingisse o patamar mínimo de 12% a.a. Para avaliar a variação percentual efetivamente ocorrida foram considerados os investimentos previstos a preços financeiros e em valor nominal, confrontados com os investimentos apropriados no SAM até 30/08/2006.

Tabela 2 - Avaliação Econômica do Museu e Equipamentos Culturais					
Projeto	Investimento Previsto (*)	Investimento Realizado (**)	TIRE	Aumento Previsto de Investimentos e Custos OAM (%)	Aumento Efetivo de Investimentos e Custos OAM (%)
	(US\$ mil)		(%)		
Museu de Arte (MON)	5.296,5	10.567,7	14,3	9,7	99,5
Canal da Música	1.360,0	2.582,1	212,1	439,5	89,9
Cine-teatros	8.798,3	6.049,4	17,6	32,1	-31,2

*valores obtidos com base na análise financeira¹

**valores obtidos do SAM

No caso dos projetos culturais, a Tabela 2 evidencia que o aumento de investimentos foi menor que o teto previsto na análise de sensibilidade do Canal de Música e dos Cine-teatros, sendo maior em relação ao Museu de Arte.

Mesmo com TIRE acima de 12%, o aumento de investimentos mais que dobrou no projeto do Museu de Arte, sendo 99,5% acima do previsto, contra 9,7% estimados. O aumento de investimento se deve, principalmente, a dois motivos. O primeiro refere-se à significativa valorização do real frente ao dólar, sendo que parcela importante dos gastos se efetiva em reais, provocando, na sua conversão ao dólar da data da efetivação dos gastos, um maior valor expresso em dólares. O segundo refere-se à necessidade de adequações no projeto original relacionadas principalmente com instalações e equipamentos de segurança e acessibilidade.

Considerando, ademais, que o Museu tornou-se um dos principais ícones de Curitiba e vem constituindo-se em uma atração turística adicional da cidade, acredita-se que os benefícios gerados com o valor agregado pelo turismo compensam o aumento observado de investimentos, garantindo a viabilidade do projeto.

Embora elevado, o aumento dos investimentos no Canal da Música ficou abaixo da taxa estimada de 439,5%. Deste modo, não está comprometida a viabilidade do projeto, dada sua alta taxa de retorno (212,1%). Portanto, em termos reais embora substancialmente reduzida, a TIRE se situaria acima dos 12% definidos como patamar mínimo.

Já para os Cine-teatros, os investimentos realizados foram inferiores aos previstos, permitindo concluir que a TIRE efetiva foi superior à inicialmente prevista.

A Tabela 3 reproduz a mesma análise para os projetos de saneamento básico:

¹ PBLM, Programa Paraná Urbano II – Serviços Técnicos Especializados para Realização de Pesquisas e Avaliação Sócio-Econômica e Financeira – AVEF – Contrato N° 014/02 – PARANACIDADE – RELATÓRIO FINAL – Mar/2002.



Tabela 3 – Avaliação Econômica dos Projetos de Saneamento						
Projeto	Município	Investimento Previsto (*)	Investimento Realizado (**)	TIRE (%)	Aumento Previsto de Investimentos e Custos de OAM (%)	Aumento Efetivo de Investimentos e Custos de OAM (%)
		(US\$ mil)				
Implantação de sistema sanitário	Nova Londrina	430,0	1.042,5	22,7	76,0	142,4
	Sta. Te. de Itapú	457,0	529,3	18,8	46,0	15,8
	S. M. Iguaçu	395,0	99,0	15,4	22,0	(74,9)
	Itaipulândia	169,7	394,2	18,2	38,0	132,3
	Nova Aurora	278,1	-	13,3	8,0	-
Ampliação de sistema sanitário	Loanda	697,5	441,6	21,4	62,0	(36,7)
	Campo Mourão	549,2	401,1	29,0	116,0	(27,0)
	Toledo	597,8	432,2	22,6	39,0	(27,7)
	Palotina	628,9	516,7	20,9	63,0	(17,8)
	Goioêre	605,7	401,4	24,2	82,0	(33,7)
Eficiência de tratamento	Jacarezinho	967,4	705,2	28,9	114,0	(27,1)
	Andirá	562,5	-	23,2	74,0	-
	Florai	184,1	158,4	16,3	27,0	(13,9)

*valores obtidos com base na análise financeira

**valores obtidos do SAM

Os projetos de Nova Aurora e Andirá não foram implantados. Nos demais casos constata-se que os investimentos realizados foram, em geral, inferiores aos previstos, sendo apenas em 3 casos, superiores. Destes 3, em 2 casos registrou-se investimento realizado superior ao aumento previsto na análise de sensibilidade: Nova Londrina e Itaipulândia. Esses aumentos decorreram, via de regra, de negociações de localização das plantas de tratamento com as comunidades locais, ou ainda, para atender as especificações da legislação ambiental. Cumpre registrar que, em conjunto, os investimentos foram inferiores aos previstos, permitindo ampliar significativamente as metas e atender, 32 municípios no conjunto.



ANEXO VI

Projeto - Esgoto em Municípios com menos de 100.00 habitantes

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Implantação de Sistemas de Esgotos – Localidades sem o serviço, de acordo com a política da empresa e/ou compromissos de Concessão - 8 projetos implantados; (Carga orgânica bruta lançado no meio ambiente antes do Projeto 6.200kg/dia, Depois do Projeto: carga orgânica afastada por coleta 1.400kg/dia, carga orgânica tratada 1.120 kg/dia)
- Ampliação de Sistemas de Esgotos, Sistemas existentes com capacidade de tratamento sub-utilizado. Aumento da cobertura existente, de acordo com a política da empresa e/ou compromissos de Concessão - 20 sistemas ampliados; (Carga orgânica bruta não coletada antes do projeto e atualmente afastada por coleta : 14.600 kg/dia; Carga orgânica tratada atualmente que antes do projeto era lançado no meio ambiente 11.700 kg/dia)
- Melhoria da Eficiência das Estações de Tratamento. Sistemas existentes com tratamento superado pela coleta e/ou em desacordo com a legislação ambiental vigente. Eliminação de Passivo Ambiental – 6 sistemas melhorados; (Eficiência média das estações de tratamento antes do Projeto: 50%, depois 80%)
- Rede de Coleta Implantada: 525.000 m; Ligações novas: 22.530 uds.; Unidades de Tratamento (ETE): 21ud.
- Cobertura de Esgoto Média nas Localidades Atendidas:
Antes do Projeto: 24% Depois do Projeto 42%
- População Atendida nas Localidades do Projeto
Antes do Projeto: 284.000 hab. Depois do Projeto: 386.000 hab



ANEXO VII

DECRETO Nº 2581 - 17/02/2004

Publicado no Diário Oficial Nº 6670 de 17/02/2004

Súmula: O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios...

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º. O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que obedecerem os seguintes requisitos:

- a) municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas câmaras municipais; e
- b) aos municípios que executarem com recursos próprios ou financiarem prioritariamente planos diretores ou planos de zoneamento, em conformidade com o que estabelece o estatuto das cidades, para elaboração em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Os valores estipulados nas capacidades de endividamento para aprovação junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, deverão estar em conformidade com as obras previstas nos planos diretores e dentro das prioridades estabelecidas na Política de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná – PDU.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de fevereiro de 2004, 183º da Independência e 116º da República.

ROBERTO REQUIÃO,
Governador do Estado

RENATO ADUR,
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

CAÍTO QUINTANA,
Chefe da Casa Civil

..
.

----Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.



ANEXO VIII

INSTRUMENTOS DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 1, 2, e 3

Empréstimo 1405/OC-BR

PRIMEIRA ALTERAÇÃO do Contrato de Empréstimo à epígrafe, celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Estado do Paraná da República Federativa do Brasil.

DOCUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

ESTADO DO PARANÁ

com a anuência da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Empréstimo 1405/OC-BR
Alteração No. 1

ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DOCUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco") e o ESTADO DO PARANÁ (a seguir denominado "Mutuário"), com a anuência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador").

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 1405/OC-BR, celebrado em 3 de julho de 2002 entre o Banco e o Mutuário:

(a) Modifica-se a alínea (a) da cláusula 5.02 do Capítulo V das Estipulações Especiais, para que passe a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA 5.02 Auditoria. (a) Com relação ao estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, durante o período de execução do Programa, as demonstrações financeiras do mesmo e as do Órgão Executor serão apresentadas anualmente, devidamente auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná."

(b) Eliminam-se o Componente (b) do Subprograma de Desenvolvimento Municipal relativo ao Fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a cláusula 2.04 do Anexo A que o descreve.

(c) Substitui-se o Quadro de Custos do Programa, que aparece na cláusula 3.01 do Anexo A pelo que se transcreve a seguir:



- 2 -

Quadro Proposto

Categoria de Custo e Tipo de Gasto		Valores em US\$ milhões			
		BID/CO	LOCAL	TOTAL	%
1	Administração e Supervisão (Consultoria e Equipamento)	0.5	3.5	4.0	2.4
1.1	Administração Geral	-	1.5	1.5	0.9
1.2	Apoio à Execução	-	2.0	2.0	1.2
1.3	Auditorias Externas	0.5	-	0.5	0.3
2	Investimento Direto	98.5	63.2	161.7	97
2.1	Desenvolvimento do Setor Municipal	3.0	7.0	10.0	6.0
2.1.1	Fortalecimento do PARANCIDADE	3.0	2.0	5.0	3.0
2.1.2	Fortalecimento institucional dos municípios, suas associações e participação da sociedade civil	-	5.0	5.0	3.0
2.2	Modernização da gestão e financiamento de bens públicos culturais	13.1	8.9	22.0	13.2
2.2.1	Modernização da gestão do equipamento cultural do Estado do Paraná	12.6	7.9	20.5	12.3
2.2.2	Elaboração de Mecanismos de Preservação de Áreas Urbanas Patrimônias	0.5	1.0	1.5	0.9
2.3	Infra-estrutura básica municipal	82.4	47.3	129.7	77.8
2.3.1	Obras municipais	62.4	47.3	109.7	65.8
2.3.2	Obras e Esgotamento Sanitário	20.0	-	20.0	12.0
Subtotal		99.0	66.7	165.7	99.4
3	Custos Financeiros	1.0	-	1.0	
3.1	FIV	1.0	-	1.0	0.6
TOTAL		100.0	66.7	166.7	100.0
%		60.0	40.0	100.0	

ARTIGO SEGUNDO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato de Empréstimo 1405/OC-BR, o qual se acha em pleno vigor, com o texto resultante das alterações mencionadas no Artigo Primeiro.

1405/OC-BR
Alteração 1



- 3 -

EM TESTEMUNHO DO QUE o Banco e o Mutuário, agindo cada qual por intermédio do seu representante autorizado, firmam este documento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, com a anuência do Fiador, o qual entrará em vigor na data em que se aponha a última das três assinaturas, conforme indicado abaixo.

ESTADO DE PARANÁ

Nome: Jaine Lerner
Cargo: Governador do Estado do Paraná

Data: 22 nov 02

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Nome: Ricardo L. Santiago
Cargo: Gerente
Departamento Regional de Operações I

Data: NOV 12 2002

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nome: Pro. Lúcia Gato de Oliveira
Cargo: Procuradora da Fazenda Nacional

Data: 03 DEC 2002

1405/OC-BR
Alteração 1



Empréstimo 1405/OC-BR
Alteração No. 2

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

ESTADO DO PARANÁ
da República Federativa do Brasil

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado “Banco”) e o ESTADO DO PARANÁ (a seguir denominado “Mutuário”), com a interveniência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada “Fiador”).

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 1405/OC-BR, celebrado em 3 de julho de 2002 entre o Banco e o Mutuário (a seguir denominado o “Contrato”), relativo ao Programa Paraná Urbano II (“Programa”):

1. A Seção 5 da Introdução das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“5. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS

Para os fins deste Contrato, adotam-se as seguintes definições, além das contidas no Capítulo II das Normas Gerais e nas cláusulas anteriores:

AFP: Agência de Fomento do Paraná S.A.. Sociedade anônima de capital fechado, equiparada à instituição financeira, que será capitalizada pelo Mutuário com recursos do Programa.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS: associação civil, sem fins lucrativos, que congrega Municípios do Estado do Paraná, e que será responsável pela análise e supervisão de projetos de investimento dos Municípios e seu fortalecimento institucional.

CIRCUITO CULTURAL: Circuito cultural composto pelo Museu Oscar Niemeyer, pelo Museu Paranaense, pela Rádio e TV Educativa e pelos cine-teatros.

EMPRÉSTIMO da AFP: contrato através do qual a AFP empresta recursos próprios aos Municípios Elegíveis, para execução do Subprograma de Investimentos em Infra-Estrutura Básica Municipal e para o fortalecimento institucional dos Municípios.

MUNICÍPIOS ELEGÍVEIS: Municípios do Estado do Paraná que, cumpridos os requisitos de elegibilidade, podem receber empréstimos da AFP e que serão responsáveis pela operação e manutenção de projetos de investimento e fortalecimento institucional.

NÚCLEO DE GESTÃO DO CIRCUITO CULTURAL: órgão colegiado, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, composto por representantes dos museus, da Rádio e TV Educativa (Canal da Música) e dos cine-teatros, indicados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, responsável pela gestão e definição de diretrizes para o funcionamento do



Circuito Cultural e da programação dos cine-teatros, bem como pelo acompanhamento e avaliação das ações implementadas.

PARANÁ URBANO: Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, instituído pelo Decreto No. 5631 de 30 de abril de 2002, com o objetivo de financiar a implementação de ações estratégicas de apoio aos Municípios para satisfazer a demanda por serviços básicos e bens públicos.

PROJETO: obra, bem, serviço ou ação de caráter institucional financiado com recursos do Programa.

ROE: Regulamento Operacional Específico do Programa. Conjunto de normas que estabelecem os termos e condições específicas que, em complemento ou substituição das condições estabelecidas no ROG, regerão o presente Programa.

ROG: Regulamento Operacional Geral. Conjunto de normas que estabelecem os termos e condições que regerão o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – Paraná Urbano.

SANEPAR: Empresa de Saneamento do Estado do Paraná. Entidade não dependente, responsável pela operação e manutenção de sistemas de saneamento em sua área de concessão, elegível para receber Subempréstimos do Mutuário.

Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer: Pessoa jurídica de direito privado, na forma de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal 9.790/99 (com a qual o Poder Público pode firmar Termo de Parceria para delegar responsabilidades pelo gerenciamento de bens públicos, promoção de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico), responsável pela operação e manutenção do Museu Oscar Niemeyer, bem como pelos planos de negócios para a gestão do referido Museu.

SUBEMPRÉSTIMO: Contrato através do qual o Mutuário empresta recursos do Programa à SANEPAR, para que esta os utilize para a realização de investimentos em sistemas de saneamento.”

2. As Cláusulas 4.03 e 4.04 das Disposições Especiais do Contrato serão unificadas e passarão a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.03. Condição especial prévia ao primeiro desembolso para o Subprograma de Modernização de Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais. O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento para o Subprograma de Modernização de Gestão e Financiamento de Bens Públicos Culturais está condicionado a que se cumpra, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais e na Cláusula 3.02 acima, (i) o requisito de entrada em vigência do Decreto Estadual que cria o Núcleo de Gestão do Circuito Cultural e estabelece as políticas de administração dos bens públicos



culturais integrantes deste Circuito, e (ii) o requisito de entrada em operação do Núcleo de Gestão do Circuito Cultural e a entrada em vigência do regulamento deste, de acordo com versão previamente acordada entre o Banco e o Mutuário.”

3. A Cláusula 4.05 das Disposições Especiais do Contrato passa a ser numerada como 4.04 e passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.04. Condição especial prévia ao primeiro desembolso para a aquisição de bens ou contratação de obras relativas ao Museu Oscar Niemeyer. O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento para a aquisição de bens ou contratação de obras relativas ao Museu Oscar Niemeyer está condicionado a que se cumpra, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais e na Cláusula 3.02 acima, os seguintes requisitos: (i) apresentação, para a aprovação por parte do Banco, do Plano de Negócios do referido museu; (ii) evidência da constituição legal e da entrada em operação da Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer; e (iii) ajuste da distribuição dos espaços previstos no projeto do edifício onde estará localizado o Museu Oscar Niemeyer.”

4. A Cláusula 4.06 das Disposições Especiais do Contrato passa a ser numerada como 4.05 e passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.05. Condição especial prévia ao primeiro desembolso para a aquisição de bens ou contratação de obras relativas ao Sistema de Difusão Cultural do Paraná (Canal da Música). O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento para a aquisição de bens ou contratação de obras relativas ao Sistema de Difusão Cultural do Paraná (Canal da Música) está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais e na Cláusula 3.02 acima, os seguintes requisitos: (i) transferência da edificação onde funciona o Canal da Música para a TV Rádio Educativa, que terá responsabilidade por sua operação e manutenção; (ii) ajuste do projeto de adequação do respectivo edifício aos requerimentos técnicos das instituições que o usarão; e (iii) incorporação ao projeto dos equipamentos necessários para melhorar a qualidade das transmissões para toda a população do Estado.”

5. O parágrafo 1.03.(e) do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“1.03.(e) A Sociedade dos Amigos do MON- Museu Oscar Niemeyer deverá estar constituída e o Museu Oscar Niemeyer deverá estar em pleno funcionamento até 31 de maio de 2004.

6. O parágrafo 2.07 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.07. Consiste no desenvolvimento das seguintes atividades: (i) operacionalização do Núcleo de Gestão do Circuito Cultural e desenvolvimento de planos de negócios para o



Museu Paranaense e a Rede de Centros Culturais; (ii) implantação da Sociedade dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer; e (iii) seguimento da execução da política cultural do Estado e determinação do impacto das reformas adotadas”.

ARTIGO SEGUNDO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato, que permanece em pleno vigor, com o texto resultante das alterações mencionadas no Artigo Primeiro deste Instrumento de Alteração Contratual.

ARTIGO TERCEIRO

O Fiador manifesta, expressamente, sua integral concordância com todas as disposições deste Instrumento de Alteração Contratual.

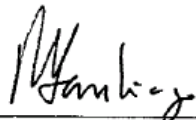
EM TESTEMUNHO DO QUE, o Banco, o Mutuário e o Fiador, agindo cada qual por intermédio do seu representante autorizado, firmam este Instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o qual entrará em vigor na data da última das três assinaturas conforme indicado abaixo.

ESTADO DO PARANÁ
da República Federativa do Brasil

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Nome:
Título:

Data:


Ricardo Santiago
Gerente, Departamento Regional de Operações I

Data: FEB 24 2004

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nome:
Título:

Data:

1405/OC-BR
Alteração No. 2



Empréstimo 1405/OC-BR
Alteração No. 3

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e

ESTADO DO PARANÁ

com a anuência da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PROGRAMA PARANÁ URBANO II



Empréstimo 1405/OC-BR
Alteração No. 3

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco") e o ESTADO DO PARANÁ (a seguir denominado "Mutuário"), com a anuência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador").

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 1405/OC-BR, celebrado em 3 de julho de 2002 entre o Banco e o Mutuário, relativo ao Programa Paraná Urbano II:

- (a) Fica incluída a seguinte definição na Seção 5 da Introdução das Disposições Especiais do Contrato:

"COHAPAR: Companhia de Habitação do Paraná. Empresa Estatal não dependente, que atua na execução dos programas habitacionais do Governo do Estado do Paraná, elegível para receber Subempréstimos do Mutuário."

- (b) A definição de "Subempréstimo" na Seção 5 da Introdução das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"SUBEMPRÉSTIMO: Contrato através do qual o Mutuário empresta recursos do Programa à SANEPAR ou à COHAPAR, para que estas os utilizem, respectivamente, para a realização de investimentos em sistemas de saneamento ou de melhoria e desfavelamento de bairros definidos como subnormais, reassentamento de famílias de baixa renda e relocação de habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental."

- (c) Fica modificada a Cláusula 3.04, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA 3.04. Prazos para comprometer e para desembolsar os recursos do Financiamento. (a) O valor total dos recursos do Financiamento não poderá ser desembolsado em prazo inferior a três anos contado da data de vigência do presente Contrato.

1405/OC-BR
Alteração No. 3



(b) O prazo para que a AFP comprometa recursos do Financiamento utilizados na sua capitalização em créditos a favor dos Municípios Elegíveis será de três anos e meio, contados da data de vigência do presente Contrato.

(c) Os recursos do Financiamento em créditos a favor da COHAPAR e da SANEPAR deverão estar comprometidos até a data de 31 de dezembro de 2005.

(d) Os recursos serão considerados comprometidos a partir da data em que os Municípios Elegíveis, a SANEPAR ou a COHAPAR tenham assinado os respectivos contratos de empréstimo.

(e) O prazo para finalizar o desembolso será de quatro anos, contado da data de vigência do presente Contrato.”

(d) Fica modificada a cláusula 4.02 das Estipulações Especiais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.02. Condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do financiamento para obras. A transferência de recursos do Financiamento pelo Mutuário à SANEPAR ou à COHAPAR e a transferência de recursos próprios pela AFP a um Município Elegível, para o financiamento de obras de infra-estrutura do Programa, estão condicionadas a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, os seguintes requisitos:

- (a) a assinatura e entrada em vigência de contrato de Subempréstimo entre a SANEPAR ou a COHAPAR, conforme o caso, e o Mutuário, ou de contrato de empréstimo entre o Município Elegível e a AFP, bem como dos respectivos convênios; e
- (b) caso a respectiva obra afete algum serviço público, a execução das medidas necessárias para que as entidades prestadoras dos respectivos serviços colaborem para a realização da obra.”

(e) Fica modificada a cláusula 4.07 das Estipulações Especiais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.07. Condições relativas à AFP. Previamente ao prazo para encerramento dos desembolsos dos recursos do Financiamento, o Mutuário deverá apresentar ao Banco:

- (i) evidência de que a SEDU integra o Conselho de Administração da AFP;
- (ii) evidência de aprovação de norma legal determinando que os retornos de empréstimos concedidos com a utilização dos recursos do FDU, incluindo juros e amortizações, bem como os resultados auferidos em aplicações financeiras, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos em Desenvolvimento Urbano.”



- (f) Fica modificada a cláusula 4.10 das Estipulações Especiais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.10. Utilização dos recursos dos Subempréstimos e dos Empréstimos da AFP. (a) Com os recursos do Financiamento, poderão ser concedidos pelo Estado Subempréstimos à SANEPAR e à COHAPAR e, com recursos próprios da AFP, provenientes da sua capitalização com recursos do Programa, empréstimos aos Municípios Elegíveis, ambos destinados à aquisição de bens e/ou a contratação de obras ou serviços relacionados com os projetos que formem parte do Subprograma de Investimentos em Infra Estrutura Básica Municipal e do fortalecimento institucional dos Municípios.

(b) À SANEPAR, à COHAPAR e aos Municípios Elegíveis cobrar-se-ão, a título de juros, comissões, seguros ou por quaisquer outros encargos, a taxa ou taxas anuais que, guardando harmonia com a legislação e as políticas sobre taxas de juros da República Federativa do Brasil, sejam compatíveis com a política do Banco sobre taxas de juros para esse tipo de financiamento.”

- (g) Fica modificada a cláusula 4.11 das Estipulações Especiais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 4.11. Outras condições dos Subempréstimos e dos Empréstimos da AFP. (a) Deverão ser incluídos nos contratos de Subempréstimo e nos contratos de Empréstimo da AFP pelo menos os seguintes compromissos, respectivamente, da SANEPAR, da COHAPAR e dos Municípios Elegíveis:

- (i) de utilizar os bens e serviços financiados com recursos do Subempréstimo ou do Empréstimo da AFP exclusivamente na execução do respectivo projeto;
- (ii) o direito do Mutuário ou da AFP de suspender os desembolsos se a SANEPAR, a COHAPAR ou o município Elegível não cumprir suas obrigações;
- (iii) de adotar critérios de eficiência e economia nos contratos de construção e de prestação de serviços, bem como em toda compra de bens para o projeto;
- (iv) de constituir garantias específicas suficientes a favor do Mutuário ou da AFP; e



- (v) de segurar e manter assegurados os bens adquiridos com recursos do Subempréstimo ou do Empréstimo da AFP em valores compatíveis com as práticas do comércio, dentro das possibilidades existentes no país, mas que garantam o Subempréstimo ou o Empréstimo da AFP contra eventuais riscos.
- (b) Deverão, ainda, ser incluídos nos contratos de Subempréstimo e nos contratos de Empréstimo da AFP pelo menos os seguintes direitos:
- (i) o direito do Mutuário, da AFP e do Banco de examinar os bens, os locais e as obras do respectivo projeto;
 - (ii) o direito do Mutuário ou da AFP de suspender os desembolsos se a SANEPAR, a COHAPAR ou o município Elegível não cumprir suas obrigações.
- (h) Fica modificado o inciso (a) da cláusula 4.16 das Estipulações Especiais, que passa a vigorar com a seguinte redação:
- “(a) O Mutuário, a SANEPAR, a COHAPAR e os Municípios Elegíveis, por si ou por intermédio do Órgão Executor, selecionarão e contratarão diretamente os serviços de consultores, profissionais ou especialistas que sejam necessários para dar cumprimento às disposições pertinentes deste Contrato. Quando se utilizem recursos do Financiamento para pagar pelos serviços contratados, se seguirá o procedimento estabelecido no Anexo C, com as modificações indicadas na alínea (b) desta Cláusula.”
- (i) Ficam modificados os seguintes parágrafos do Anexo A, que passam a vigorar com a seguinte redação:
- “1.03. Os principais indicadores da consecução dos objetivos do Programa são os seguintes:
- a. Quantificação anual das variações nos Índices de Carência Relativa que compõem o IOSP, conforme metodologia definida no ROE.
 - b. O primeiro "ranking" municipal de que trata o item (iv) da Seção 2.03 deste Anexo deverá ser disponibilizado ao público até 31 de março de 2006.
 - c. Previamente ao último desembolso do Financiamento, o Paranácidade deverá apresentar evidência de aprovação de norma legal determinando que os retornos de empréstimos concedidos com a utilização dos recursos do FDU, incluindo juros e amortizações e também os resultados auferidos em aplicações financeiras, sejam utilizados para a concessão de novos empréstimos em Desenvolvimento Urbano.



- d. A Sociedade dos Amigos do MON - Museu Oscar Niemeyer deverá estar constituída e o Museu Oscar Niemeyer deverá estar em pleno funcionamento até 31 de maio de 2004.”

“2.05. Serão apoiadas: (i) desenvolvimento de um sistema de gestão do resultado primário e da capacidade de endividamento dos municípios, (ii) complementação da cobertura cartográfica urbana; (iii) treinamento do pessoal municipal em gestão, incluindo em gestão tributária, geoprocessamento, cartografia, planos diretores e licitações; (iv) fortalecimento das associações de municípios através de: cursos para utilização de instrumentos de gestão urbana; fomento para seleção e divulgação das melhores práticas municipais, no âmbito de cada associação; implantação de mecanismos visando garantir o aumento de receita das associações; (v) implantação de 4 projetos-piloto com participação da sociedade civil na determinação de prioridade dos investimentos municipais.”

“2.11. Compreende projetos de reabilitação, ampliação e construção de obras e de aquisição de equipamentos em todos os setores de jurisdição municipal, a saber: (i) vias urbanas; (ii) sistemas autônomos de tratamento de água e esgoto; (iii) redes de águas pluviais; (iv) serviços sociais (educação, saúde, creches infantis, centros comunitários, etc.); (v) serviços urbanos, tais como gestão integrada de resíduos sólidos e iluminação pública; (vi) equipamentos urbanos, tais como terminais de transporte rodoviário, mercados, matadouros; (vii) preservação e recuperação ambiental, defesa contra inundações e erosões, parques e áreas verdes; (viii) estradas vicinais; (ix) apoio ao pequeno e micro produtor mediante a construção e instalação de galpões industriais e comerciais, bem como desenvolvimento e implantação de um sistema de informações sobre a oferta potencial de produtos por parte de micro e pequenos produtores; (x) sistemas de esgoto, incluindo a ampliação ou implantação de redes e a melhoria da eficiência das estações de tratamento em municípios com menos de 100.000 habitantes, nos quais a SANEPAR tenha a concessão do serviço; e (xi) melhoria e desfavelamento de bairros definidos como subnormais, reassentamento de famílias de baixa renda e relocação de habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental.”

“4.02. O Subprograma de Investimentos em Infra-Estrutura Básica Municipal será executado por intermédio de Empréstimos da AFP a Municípios Elegíveis, para financiamento de obras municipais, de Subempréstimos à SANEPAR, para obras de esgotamento sanitário, e de transferência de recursos e Subempréstimos à COHAPAR, para as obras de melhoria e desfavelamento de bairros definidos como subnormais, reassentamento de famílias de baixa renda e relocação de habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental.”

j) Fica incluído o seguinte parágrafo no Anexo A:

“(e) Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).



4.08. A COHAPAR será responsável pela implementação dos projetos de melhoria e desfavelamento de bairros definidos como subnormais, reassentamento de famílias de baixa renda e relocação de habitações, especialmente as localizadas em áreas de risco ou de preservação ambiental.”

(k) O Quadro de Custos do Programa, incluído na Seção III do Anexo A é substituído pelo seguinte quadro:

Quadro de Custos do Programa
(valores em US\$ milhões)

CATEGORIA DE CUSTO e TIPO DE GASTO	BID/CO	LOCAL	TOTAL	%
1. Administração e Supervisão (Consultoria e Equipamento)	-	3,5	3,5	2,1
1.1. Administração Geral	-	2,9	2,9	1,7
1.2. Apoio à Execução	-	0,6	0,6	0,4
1.3. Auditorias Externas	-	-	-	0,0
2. Investimento Direto	99,933	63,2	163,133	97,86
2.1. Desenvolvimento do Setor Municipal	-	3,4	3,4	2,0
2.1.1. Fortalecimento do PARANACIDADE	-	-	-	0,0
2.1.2. Fortalecimento institucional dos municípios, suas associações e participação da sociedade civil	-	3,4	3,4	2,04
2.2. Modernização da gestão e financiamento de bens públicos culturais	9,6	12,75	22,35	13,41
2.2.1. Modernização da gestão do equipamento cultural do Estado do Paraná	9,2	12,7	21,9	13,14
2.2.2. Elaboração de mecanismos de preservação de áreas urbanas patrimoniais	0,40	0,05	0,45	0,27
2.3. Infra-estrutura básica municipal	90,333	47,05	137,383	82,41
2.3.1. Obras municipais	68,433	43,95	112,383	67,42
2.3.2. Obras de esgotamento sanitário	20,0	0,0	20,0	12,0
2.3.3. Melhoramento de bairros sub-normais	1,9	3,1	5,0	3,0
Subtotal	99,933	66,70	166,63	99,96
3. Custos Financeiros	0,067	-	0,067	0,04
3.1. FIV	0,067	-	0,0670	0,04
TOTAL	100,0	66,700	166,70	100,0
%	60,0	40,0	100,0	



- 7 -

ARTIGO SEGUNDO

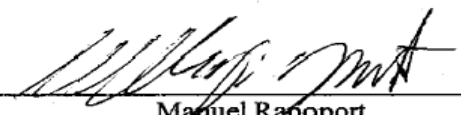
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de Empréstimo 1405/OC-BR, o qual se acha em pleno vigor, com o texto resultante das alterações mencionadas no Artigo Primeiro.

EM TESTEMUNHO DO QUE o Banco e o Mutuário, agindo cada qual por intermédio do seu representante autorizado, firmam este documento em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, com a anuência do Fiador, o qual entrará em vigor na data em que se aponha a última das três assinaturas, conforme indicado abaixo.

ESTADO DE PARANÁ

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

Nome:
Cargo:


Manuel Rapoport
Departamento Regional de Operações 1

Data:

Data: 5/12/06

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nome:
Cargo:

Data:

1405/OC-BR
Alteração No. 3